



GEOGRAFIA

história, conceitos e métodos

Nilson Cortez Crocia de Barros

GEOGRAFIA

história, conceitos e métodos

GEOGRAFIA

história, conceitos e métodos

Nilson Cortez Crocia de Barros



Editora
UFPE

RECIFE
2020

Catálogo na fonte

Bibliotecária Kalina Lígia França da Silva, CRB4-1408

B277g Barros, Nilson Cortez Crocia de, 1953-.
Geografia [recurso eletrônico] : história, conceitos e métodos /
Nilson Cortez Crocia de Barros. – Recife : Ed. UFPE, 2020.

Inclui referências.

ISBN 978-65-86732-50-4 (online)

1. Geografia – Estudo e ensino. 2. Geografia – Historiografia. I.
Título.

910.7

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2020-076)

Todos os direitos reservados à



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea

Recife, PE | CEP: 50.740-530

Fone: (81) 2126.8397 | secretaria.editora@ufpe.br

www.ufpe.br/edufpe

Apresentação

Sou grato às muitas pessoas e instituições que auxiliaram de forma direta ou indireta na produção deste livro.

Dirijo especiais agradecimentos à Universidade Federal de Pernambuco e ao seu Departamento e Programa de Pós-Graduação em Geografia, pois durante anos e anos este ambiente institucional tem proporcionado os suportes motivacionais e de infraestrutura necessários à condução das nossas atividades profissionais, de modo que as deficiências que existem no presente trabalho derivam, realmente, das minhas próprias limitações.

Menciono ainda o apoio permanente recebido das instituições de estímulo à pesquisa no Brasil. Estas agências propiciaram visitas de trabalho a diversas bibliotecas no país e no exterior, exposições a diferentes ambientes acadêmicos, oportunidades de interação e amplificação no campo da formação acadêmica, da docência e da pesquisa, ações realmente necessárias à progressiva configuração do presente trabalho.

Não há uma Geografia entendida como algo compacto e definível. Não é possível reconhecer nela tal configuração, de

modo que a minha visão da ontologia da Geografia alimenta-se da minha experiência na área das Humanidades. O trabalho é, na realidade, uma avaliação disciplinar contornada pelas circunstâncias, pelas exposições e pelos desafios encontrados por mim ao longo da vida profissional.

Entendo que o pensamento geral e o pensamento regional – ou corográfico – formam a base ou a estrutura cognitiva da Geografia. Os dois moldes ou estilos cognitivos podem ser devidamente compreendidos mediante a recuperação de algumas situações epistemológicas e contextuais experimentadas por esta disciplina ao longo da sua construção.

Neste livro tento demonstrar justamente isto, ao meu modo, claro, pois não se trata de nenhuma descoberta nem inovação. Reconheço ser a construção do caráter atual da Geografia o resultado de um longo processo que remonta às civilizações clássicas; e este processo se prolonga até à caracterização que lhe foi conferida pela institucionalização moderna e pelos ambientes académicos atuais. Eis aí História suficientemente longa para criar grandes problemas ao trabalho.

A História da Geografia é muito controversa. Existem versões que competem entre si quanto ao oferecimento de uma imagem desta longa experiência. Os historiadores da Geografia em sua maioria não são generosos com Thomas Malthus, não lhe fazem justiça, não lhe concedem o crédito que ele merece, apesar da extrema relevância do seu modelo na configuração básica da Geografia Regional. A historiografia das escolas nacionais europeias lhe foi injusta. Casos extremos há em que nem o mencionam.

Os objetivos perseguidos pelos historiadores, ao produzirem suas narrativas, são usualmente diferentes, e circunstâncias de toda ordem estão sempre em ação impulsionando as suas mentes. Então, não obstante a narrativa historiográfica aqui oferecida pretenda fornecer um entendimento compreensivo da coexistência da tradição geral com a tradição corográfica na Geografia, é evidente que ela expressa as intencionalidades, as circunstâncias e as limitações de horizontes do autor.

Não duvidamos, entretanto, que o discurso historiográfico sustenta-se nos fatos, embora fatos sejam quase sempre escolhidos e, sempre apreciados, pelas incursões ativas da subjetividade de quem historia. Claro que há fatos rotineiramente expostos em todas as versões e também existem personagens nunca ausentes. Mas há fatos e personagens quase esquecidos. As máquinas para produzir e massificar versões na História da Geografia – como noutros campos – estarão elas sempre em funcionamento.

Então, produz-se uma situação na História da Geografia na qual nem o arranjo dos fatos, nem os seus pesos, nem as apreciações que se fazem deles são naturalmente coincidentes. É que aqueles que narram a história de uma disciplina deixam – nos resultados que obtém – as marcas das suas socializações na mesma, das suas experiências e trajetórias no campo profissional e, num senso construtivo, as marcas das suas atitudes políticas com respeito às suas circunstâncias profissionais. Nem se preenchem lacunas nem se apagam os rastros.

O presente trabalho resulta do interesse que cultivo sobre a formação da Geografia, interesse sempre mantido e conduzido, lado a lado, com a dedicação aos estudos e pesquisas regionais e sistemáticas. Portanto, a narrativa da história da disciplina aqui oferecida exprime não somente uma atenção sistemática à História da Geografia. Ela reflete, compreensivelmente, a experiência de enfrentar algumas das reais dificuldades envolvidas na construção dos trabalhos geográficos.

O leitor pode seguramente concluir que vejo o ato de historiar a Geografia como uma ação auxiliar na formação geográfica, e nisto há, da minha parte, uma opção de audiência. Então, tenho assim a expectativa que este livro possa ser útil a alunos das graduações e das pós-graduações em Geografia envolvidos com as suas temáticas aplicadas.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1	
A Antiguidade Clássica e as origens da Geografia Geral	15
Capítulo 2	
Difusão do saber, descrição de terras e propriedades dos assentamentos humanos no Islã	37
Capítulo 3	
Geografia Geral e Corografia: contribuições nos séculos 16 e 17	47
Capítulo 4	
O pensamento geográfico geral em T. Malthus, A. Humboldt e C. Ritter	62
Capítulo 5	
Isolamento, difusão e diferenciação regional: a Geografia Cultural de F. Ratzel	80
Capítulo 6	
A Geografia Geral e o movimento teórico na segunda metade do século 20	94
Conclusões	117
Referências	122

Introdução

Este trabalho exhibe uma compreensão flexível da Geografia, de maneira a aceitar os significados assumidos pelo termo em diferentes contextos e épocas. Antes que se estabelecesse a compreensão moderna e institucional deste ramo do saber, isto é, previamente à sua disciplinarização, muitas vezes, ou no mais das vezes, a palavra Geografia representou o que hoje entenderíamos como astronomia, ou mesmo significou o que entenderíamos como física. Repetidas vezes Geografia apareceu ainda como sinônimo do que hoje poderíamos entender como Geografia Física. Em todos estes casos a disciplina era uma modalidade ou espécie de *physis* (Gr), no sentido epistemológico do termo (Barros, 2012).

A atividade da descrição regional ou dos lugares era denominada pela palavra *corografia* (*chora*, Gr), fosse esta descrição voltada aos aspectos culturais (humanos) ou naturais, ou a ambos conjuntamente. Isto configurou uma dualidade de estilos de pensamento dentro da Geografia e esta cisão projetou-se do horizonte grego até os dias atuais. Esta projeção evidencia-se, de forma dificilmente superável, ora no artigo

publicado no ano de 1953, *Exceptionalism*, por F. Schaeffer, um manifesto moderno da *physis* na Geografia, ora na vasta reação crítica registrada dentro da disciplina contra o emprego dos métodos do positivismo lógico ao estudo dos fenômenos culturais ou humanos.

A identificação destes estilos cognitivos diversos, isto é, *physis* e *corography*, é a ferramenta historiográfica epistemológica empregada no presente trabalho. Não obstante o extraordinário valor interpretativo desta ferramenta, particularmente quando utilizada numa perspectiva historiográfica propositiva, não nos pareceu fosse ela totalmente suficiente para que os objetivos do presente trabalho fossem atingidos. Isto porque a cognição é exercida nos contextos históricos, filosóficos, sociais, políticos, tecnológicos, religiosos, etc, contextos que são ativos. Afirmamos, então, que a abordagem epistemológica pode vir a ser auxiliada positivamente pela análise das circunstâncias ou dos contextos.

Os estudos empregando a análise contextual lançaram valiosos esclarecimentos sobre a construção da Geografia ao longo dos vários séculos. As análises dos contextos – e aí se fala da ferramenta historiográfica *contexto* – puderam, nas últimas décadas, aportar contribuições para a compreensão de como se produziu e como se vem produzindo “verdades” no velho ramo do saber que é a Geografia. A historiografia contextual reviu e amplificou o conceito de contexto tradicionalmente utilizado por historiadores da disciplina, vez que antes o conceito possuía uma compreensão reduzida, quase estritamente econômica e política.

Consequência da contribuição contextual ao estudo da História da Geografia é que, nas últimas décadas, a historiografia se transformou em um exercício pós-disciplinar, com forte caráter relativista. Isto quer dizer que as narrativas sobre a história da disciplina, agora bem sociologizadas, são elas escritas tendo em vista não somente a audiência daqueles que vivem dentro da Geografia. Elas aspiram também à audiência transdisciplinar: isto é, audiências externas à corporação. Muitas destas narrativas são mesmo motivadas por agendas oriundas dos denominados estudos interculturais, isto é, agendas externas à Geografia profissional, definidas fora do campo geográfico convencionalmente definido e estrito. Muitas das narrativas deconstroem discursos tradicionalmente rotinizados da Geografia sobre ela mesma e, pelo menos aparentemente, não seriam corporativas ou disciplinarmente propositivas (Barros, 2017, 2020).

A nossa reação ou apreciação crítica da situação historiográfica presente é a seguinte. Ambas são importantes perspectivas que, uma vez mobilizadas num esforço para reconstrução da História da Geografia, podem oferecer valiosos esclarecimentos sobre o que nós geógrafos somos, e sugerir produtivas reflexões sobre o que temos feito e sobre o que podemos fazer. Mas a historiografia da disciplina tem se tornado mais e mais sistemática e campo de especialistas, e isto quer dizer precisamente que o esforço de prospecção nesta região de reflexões e pesquisas tornou-se um trabalho mais que exaustivo. Quero então crer que a bibliografia referida ao final do trabalho, de algum modo, pode ajudar àqueles que perceberem os limites

dos julgamentos presentes no trabalho e desejarem então seguir adiante, o que é a minha melhor esperança.

O trabalho está dividido em seis capítulos. Os dois primeiros tratam da dualidade entre o geral e o corográfico na Geografia dentro do horizonte greco-romano e no mundo do Islam, respectivamente. O terceiro capítulo examina a mesma questão no âmbito da expansão comercial europeia, quando então se discute o assunto da dualidade no pensamento geográfico de forma manifesta. A proposta de Bernardo Varenius, nos Países Baixos do século 17, é uma reação ao problema entre *physis* e *chora*. O capítulo 4 aborda o problema no ambiente do Iluminismo, quando emergem as contribuições de Humboldt, Ritter e Malthus.

O capítulo 5 é dedicado ao estudo da proposta antropogeográfica ou da Geografia Cultural de Frederico Ratzel. É que ele propõe generalizações em torno do tema da difusão geográfica, das propriedades do espaço e da mudança cultural (progresso). O denominado movimento teórico na Geografia, que irá modificar estilos de trabalho na disciplina a partir dos anos de 1950, precisamente por criticar a Geografia Regional tradicional, é o assunto do último capítulo, o capítulo 6. Embora restem poucas controvérsias quanto às possibilidades dos historiadores da disciplina poderem eles produzir avaliações das consequências da Geografia Regional clássica sobre o caráter da disciplina ao longo do século 20, observo que isto não se aplica quando se trata de examinar as consequências do chamado movimento teórico. Neste caso há controvérsias.

Associo-me àqueles que entendem serem os impactos deste último movimento muito recentes para permitir uma

avaliação apropriada do mesmo. Em tais condições, seria de bom juízo refrear julgamentos historiográficos com ambições maiores. Por isto, no capítulo 6, esforcei-me por comunicar o que entendo como atitude epistemológica principal do neopositivismo na Geografia. Assim procedi para mostrar a cisão entre o geral e o regional neste episódio da História da disciplina. Também indicamos algumas das conseqüências mais evidentes do neopositivismo no caráter de trabalhos geográficos posteriores.

Nas Conclusões procuro ordenar considerações que foram emergindo ao longo do trabalho.

A Antiguidade Clássica e as origens da Geografia Geral

Os impulsos gerais e o espírito corográfico na experiência greco-romana

Trabalhos dedicados à História da Geografia se têm voltado a identificar e explorar contribuições decisivas fornecidas pelas civilizações históricas para a edificação da disciplina¹. Agindo assim, os historiadores dilatam o campo temporal interpretativo da história deste ramo do saber para acontecimentos datados de bem antes das colaborações de Thomas Malthus, Alexandre Humboldt, Carl Ritter e Bernardo Varenius. O exagero na separação entre os dois momentos, a Antiguidade e a Modernidade, na formação da Geografia foi perpetrado por parte da historiografia moderna. Até pouco depois dos meados do século 20 esta historiografia esteve particularmente

¹ São amostras desta historiografia: Pattison (1964), Tatham (1967), Buttimer (1996), Claval (1998), Gomes (1995), Lencioni (2003), entre outras.

envolvida em legitimar o saber geográfico no espectro dos campos disciplinares em institucionalização, e o fez, em parte, distanciando a Geografia do que se considerava classicismo. Contudo, como o afirmou Tatham (1967, p. 28), nenhuma ciência poderia reclamar possuir uma genealogia mais longa que a Geografia.

Embora explorar a longa genealogia da disciplina seja um trabalho pleno de dificuldades, as justificativas para realizá-lo são sólidas. Se a historiografia consegue, assim procedendo, identificar alguns impulsos ou contribuições ou traços estruturais na experiência clássica da Geografia, e explora-os em seus significados na perspectiva dos aspectos mais permanentes e atuais da disciplina, ela terá atingido resultados muito positivos.

Uma historiografia assim orientada pressupõe que entendamos, e muito elasticamente, que o campo geral da Geografia é a superfície da Terra, e que o seu objetivo geral ou doutrinário é oferecer entendimentos acerca da trama das relações entre as diferentes sociedades humanas e os variados meios onde estas sociedades têm vivido. Tão ampla definição significa a Geografia lançando atenção ora aos detalhes físicos ou dos assentamentos humanos na escala dos lugares, ora aos fenômenos de escala astronômica quando estes são de importância à vida humana e à superfície do planeta.

Desde os gregos que impulsos contraditórios na Geografia coexistem. É o caso dos impulsos à descrição e à generalização. Platão acreditava nas certezas diante do desordenamento do mundo; mas, para ele, estas certezas existiam apenas para

o mundo ideal (o das formas), não para o mundo real no qual cotidianamente vivemos. Certezas, por exemplo, existiriam no mundo da geometria e das relações nas suas figuras. Para Platão, então, era irrelevante a correspondência entre a verdade ideal (a forma) e a verificação empírica (Chalmers, 1994, p. 46). Esta ideia de Platão ecoa na doutrina da Geografia teórica nos meados do século 20, muito embora neste último contexto o postulado da verificação se tenha tornado influente, e isto naturalmente em decorrência das discussões desenvolvidas em torno do círculo de Viena (positivismo lógico).

Aristóteles, em contraste com Platão, ostentava uma mente de orientação mais classificatória, tipológica e empírica (Chalmers, 1994, p. 46). Aristóteles, todavia – como discípulo que foi de Platão – também reconhece a importância central da distinção entre o essencial e o accidental como passo na busca das verdades. O conhecimento, para ele, somente seria possível quando referente ao essencial (isto é, à generalização). A queda da folha era essencial. Porém, a trajetória que a folha descreveria na sua necessária queda constituía o accidental (Chalmers, 1994, p. 46, 47).

Na sua obra *Geração e Corrupção* (*The Basic Works of Aristotle*), Aristóteles (384/3-322 a.C.) retoma a ideia de Empédocles sobre o ciclo de vida – ideia de ordem geral (*physis*) que veio a suportar modelos eco e sócio dinâmicos de muito sucesso na Geografia do século 20, como evidenciado pelas propostas de Clements (1928), Whitlesey (1929) e Butler (1980). Observe-se que mesmo Ibn Kaldun (1332-1406) – o célebre geógrafo produzido pelo ambiente da Civilização do

Islã – não escaparia à influência da ideia ontológica do ciclo dos seres (forma). Por outro lado, o estilo de mentalidade classificatória reconhecido também em Aristóteles não é estranho à formação moderna da Geografia, uma vez examinemos as propostas tipológicas e classificatórias das regiões, inclusive aquelas das regiões-tipo de Hartshorne (1978).

Estas oposições – platonismo e empirismo, essência e vivência ou aparência, lei e fato, *nomos* e *idios*, forma e sensações, análises de tendências e tipologias de objetos, generalizações e singularidades –, oposições cujas raízes nutriram-se no pensamento grego têm, evidentemente com diferentes ramificações contextuais, ecoado na trajetória formativa do pensamento geográfico. A palavra Geografia floresceu neste ambiente greco-romano e a primeira expressão do ramo do conhecimento realizou-se aí com Strabão e Ptolomeu. *Physis*², mapeamento e corografia (*chora*), estas seriam três contribuições decisivas dos gregos à constituição da Geografia. Não deveríamos, contudo, deixar de lado o enciclopédismo – exemplificado por estes dois geógrafos e por Aristóteles – e a contribuição do naturalismo oferecida por este último.

Naturalismo, politeísmo, cosmopolitismo

A Grécia produziu uma concepção religiosa acentuadamente múltipla, com os deuses muito próximos aos elementos e motivos da natureza. Sobre isto, G. Bornheim (1967, p. 10) afirma

2 Para Burnet (cit. por Bornheim, 1967, p. 12), *physis* na língua filosófica grega representa o fundamental, o primário, o que persiste; isto em oposição ao que é circunstancial, secundário, transitório, derivado, acidental.

que entre os gregos não há o deus hebraico ou muçulmano exclusivo, unificador. Os deuses então são múltiplos e reconhecíveis como presença naturalista no mundo.

Esta inclinação naturalista e politeísta do pensamento grego certamente associa-se à rica contribuição dada por este pensamento à reflexão sobre a diversidade fenomenológica da natureza. Em contraste, boa parte da obra *Confissões*, de Agostinho (354-430), representa o combate da teologia cristã – esta monoteísta, e que dominará a Idade Média – contra as tendências politeístas e naturalistas que se projetaram desde a Grécia para a Roma Imperial, e que readquirirão importância no Renascimento. Lucius Lactancius (260?-330? d.C.), Professor e Teólogo romano, antecedeu a Agostinho neste empreendimento, doutrinando enfaticamente unicidade divina e harmonia na natureza (Barros, 2019a).

A natureza múltipla dos deuses e suas associações com os elementos da natureza são observadas também nas civilizações da América pré-colombiana, com particular atenção aos astros, especialmente o Sol. No Universo Horizontal Asteca figuravam os quatro pontos cardeais e o centro. O deus Fogo governava a Zona Central; a chuva (Água) confundia-se com o Deus Tláloc (deus das nuvens), este regendo o ritmo das precipitações estacionais (Vaillant, 1995, pp. 143-144)³. Trata-se de uma cosmovisão característica das civilizações agrárias que, no caso dos Astecas e Incas, produziram notáveis calendários agro-teológicos.

3 Como paralelo na experiência grega, lembremos Empédocles (450 aC) e os seus elementos componentes do Universo, como se verá adiante.

Na lenda de fundação do Império dos Incas, estado teocrático que se organizou a partir dos séculos XI e XII no *core* imperial cujo centro era a cidade de Cuzco – região quéchua (Vidal, 1987, p. 65) –, os deuses Manko Qapaq e sua esposa Mama Oqlllo saíram das águas do Lago Titicaca para fundar Cuzco, sob a ordem do deus Sol (Inti) (Lumbreras, 1985, p. 33). Há ainda registros no Equador pré-incaico de adorações às montanhas andinas mais altas, e em muitas das “lendas de origem” os eventos sísmicos são referidos e significados. Por exemplo, narra-se que uma erupção vulcânica teria provocado a destruição de um altar, isto causando uma luta entre os deuses que ameaçou mudar o destino do povo, fato mencionado por Humboldt em *Cosmos* e em *Vues des Cordillères* (Caamaño, 1997, p. 37 e 355).

Na Grécia da era dos *physikóis* o grande vigor das iniciativas filosóficas repousava na riqueza cultural e intelectual existente nas periferias do seu Império. Assentava-se, portanto, nas relações de drenagem cultural, filosófica e técnica exercida pela Grécia em relação ao Egito, à Fenícia e à Mesopotâmia (cosmopolitismo imperial). Filósofos de destaque residentes na periferia muitos deles, com o tempo, convergiam para o *core*. Aí haviam chegado também influências advindas da Índia e do Oriente mais distante.

Foi Aristóteles quem depois denominou estes filósofos – os preocupados com o estudo da natureza – de *physikóis* (físicos) e o grande período das suas contribuições foi o denominado Pré-Socrático, ou seja, do século VI a.C. até o momento em que se projetaram as figuras de Sócrates e Platão. Na pers-

pectiva filosófica de Epicuro, o estudo da natureza (*physis*) era entendido como ocupação a ser cultivada pelo sábio – ao lado do cuidado com a segurança pessoal e com a capacidade de escolher criteriosamente as próprias satisfações – para conquistar o prazer de viver. É que o conhecimento da natureza removeria os temores das catástrofes e ameaças naturais que impediam tantos de se beneficiarem da tranquilidade da alma. Difícil não reconhecer algo de esclarecimento ou luzes na visão epicureana da natureza (Morais, 2010).

Notável contribuição grega para o conhecimento da natureza e para a formação da Geografia deu-se no campo da matemática e da astronomia, especialmente na aplicação da geometria ao desvendamento dos problemas astronômicos e cartográficos da localização. É a contribuição à formalização da representação do espaço geográfico num sentido amplo, como se diria modernamente. Mas pode-se também aí reconhecer os motivos arquetípicos de uma tradição na Geografia que Pattison (1964, p. 11-12) denominou como tradição espacial (geometria e movimento).

Definitiva contribuição corresponde às descrições que os gregos ofereceram dos conteúdos naturais e culturais dos lugares (*chora*) – tradição corográfica ou topográfica –, descrições desenvolvidas e consolidadas com base nas viagens exigidas pelo comércio e pelas várias guerras coloniais que empreenderam, como o observa Claval (1998). Aristóteles, por sua vez, é tudo isto e mais as reflexões e as observações pioneiras e cuidadosas sobre as plantas e os animais, abrindo assim a via da tradição naturalista.

Os *physikóis* (físicos), o impulso teórico (ou geral) e a Geografia

A variedade das contribuições dos *physikóis* na investigação da natureza causa uma profunda impressão nos historiadores da Geografia. Thales de Mileto (624/547? aC), por exemplo, tornou-se figura lendária ao prever o eclipse total do Sol, precisamente no dia 28 de maio de 585 aC. O seu discípulo, Anaximandro de Mileto (610/547 aC?), registrou os equinócios e produziu um mapa da abóbada celeste. Ele sugeria ainda a ideia do *arké*, ou a origem de todas as coisas (gênese); estas formavam o *apeiron* (ilimitado). O mesmo Anaximandro é reconhecido como autor do primeiro mapa da Terra (Unwin, 1992, p. 47).

Há nos *physikóis* uma eficiente instrumentação matemática aplicada à observação astronômica, tudo associado à inquirição filosófica. Aí estão sementes do que se chamaria modernamente Geografia matemática (Tatham, 1967, p. 28) – termo polissêmico também usado depreciativamente para denominar os trabalhos dos geógrafos quantitativos nos anos de 1950/1960 – ou de grande interesse à cartografia. Contribuição vem também de Anaxímenes de Mileto (585/528 ou 525 aC?) que, considerando o ar origem de tudo, afirmava que as coisas – o vento, as nuvens, a água, a terra, as pedras – formavam-se por rarefação ou condensação. Isto teria ele especulado no único fragmento que lhe é atribuído, ainda assim sob dúvidas de autenticidade (*Os Filósofos Pré Socráticos...* p. 28).

Nas reflexões gregas podem ser identificadas temáticas que entenderíamos, nos tempos modernos, como preocupa-

ções da Geografia física. Polybius (210-128 aC) dedicou tempo ao estudo da erosão, tendo investigado os modos como as correntes de água esculpiam, pouco a pouco, os seus vales, enquanto Possidônio (135-50 aC) especulou sobre a oscilação das marés (Tatham, 1967, p. 29).

Physikói de destaque foi Empédocles (ápice 450 aC) que, usando uma pipeta, evidenciou ter o ar massa. Ele discutiu, ainda, os problemas da geração e da corrupção dos seres (dinâmica/tempo/história) –, um grande tema grego imortalizado por Aristóteles e que se projetou como teoria ontológica na experiência intelectual do Islã e do Ocidente, como já observado. Empédocles ainda ofereceu a cosmovisão na qual os quatro elementos originais de todas as coisas seriam a terra, a água, o ar e o fogo. Todos estes elementos existiam movidos por dois grupos de forças: as forças do amor (unificação) e as forças do ódio (cizânia) (*Os Filósofos Pré Socráticos...*p. 67), formando-se uma espécie de dialética.

Empédocles, segundo Glacken, apresenta também um esquema de correspondência entre os elementos da natureza e os órgãos do corpo humano. Este esquema relacional está na origem da volumosa literatura que se seguiu na astrologia e na alquimia explorando as relações causais (generalizações) entre a escala do macrocosmo (universo) e a escala do homem (microcosmo) (Glacken, 1967, p. 10).

Também se mencione Heráclito (ápice da existência 504/500 aC) que – com seu espírito dialético e aristocrático e a sua repugnância à Política⁴ – afirmava a *unidade* de todas as

4 Heráclito renunciou direito que possuía à participação política, quer dizer, renun-

coisas, e que “*todas as coisas estão em movimento*” mediante o jogo dos contrários (*Os Filósofos Pré Socráticos*, frag. 12, 49a, 88). Entendia ainda que “*o fogo é gerador do processo cósmico*” (*Os Filósofos Pré Socráticos*, frag. 30, 31, 60 e 90). Estes últimos pensamentos – não a sua atitude ante a Política –, nos seus aspectos mais assimiláveis a uma sociedade de massas e da indústria cultural, não há dúvidas que influenciaram alguns geógrafos nos anos de 1960 e 1970.

A ideia do determinismo locacional é outro exemplo de anterioridade clássica nas maneiras de pensar em Geografia. Aristóteles e Cícero ambos consideravam, respectivamente, a localização da Grécia e de Roma em relação aos outros lugares, a condição responsável pelo sucesso dos seus respectivos impérios⁵. No século 19, Carl Ritter entenderá ser a Europa imperial privilegiada locacionalmente em relação aos outros continentes, daí resultando o sucesso econômico e cultural do Velho Continente, como se verá no capítulo 4. E antecedentes do determinismo ambiental na Geografia moderna são identificados em Hipócrates de Cós (460-370 aC), uma vez que Hipócrates comentou a influência da topografia e do clima sobre as tendências políticas dos povos no seu trabalho *Ar, Águas e Lugares* (Barnes, 1921, p. 35).

ciou aos seus direitos políticos. As lendas dizem que, em decorrência disto, passou a ser odiado e obrigado a levar uma vida à parte (*Os Filósofos Pré...p. 35*).

- 5 Assim generalizava Aristóteles: por conta da localização intermediária dos gregos, eles puderam assimilar as conquistas mentais superiores dos povos do Sul com a maior coragem dos povos do Norte, enquanto escapavam da estupidez dos habitantes dos locais mais frios e também da inconstância e da passionalidade dos povos do Sul, estes últimos vivendo sob a influência dos climas quentes (Barnes, 1921, p. 35).

Contra as ideias dialéticas de Heráclito, chamado de o Obscuro, lança-se o grande Parmênides de Eléia (sul da Itália, ápice da existência 475/500 aC). Parmênides argumentava que o método do conhecimento através do par dialético Ser e vir-a-Ser era algo impossível. Afirmava Parmênides que “*não podes conhecer aquilo que não é*”, ou seja, não podes conhecer o vir-a-Ser; pode-se conhecer apenas o Ser (*Os Filósofos Pré Socráticos*, frag. 2). Em Parmênides – e em Platão – a região em que o *Logos* opera é o Ser, “*purgado da inconstância e da incerteza*” (Habbermas, 1965). O mutável e perecível (tempo/circunstâncias) ficaria para ser operado pela *doxa* (Habbermas, 1965), a opinião.

Mencione-se ainda Filolau de Cróton (final século V aC), que afirmava ser a natureza ordenada tanto à escala do cosmos quanto à escala das coisas ou partes existentes (princípio de ordem, ordenamento), e que em tudo existiam os elementos limitados e os ilimitados (*Os Filósofos Pré...*, fragmento 1). A idéia do cosmos ordenado, tão cara aos *physikóis*, deixa-se reconhecer na criação humboldtiana e no projeto da imaginação regional totalizante clássica do começo do século 20 – a região como pequeno cosmos.

Todas estas contribuições inscreveram marcas no pensamento ocidental em geral e na Geografia contemporânea. Sócrates deixou a pertinácia e a habilidade lógica, associada à atitude ética, na procura permanente do *Logos*, impulso que se revelou fonte criativa para as reflexões sobre a epistemologia da Geografia nos anos de 1970 e 1980. É que na historiografia da disciplina, nestes anos, foram retomados estudos humanísticos e clássicos. Era um esforço para apreciar e superar situa-

ções caracterizadas por enrijecimentos teórico-metodológicos e técnicos – estruturalismo *versus* positivismo lógico – dentro da Geografia, enrijecimentos típicos da modernidade. Antes, predominavam as reconstruções materialistas e reducionistas da disciplina, apoiadas no axioma de que a forma e o conteúdo da Geografia eram respostas às circunstâncias ou estímulos sociais do capitalismo e do imperialismo (Livingstone, 1992, p. 27), obra ou secreção de poucos séculos.

Platão cultivou a metafísica – os essenciais –, de certa forma aproximando-se do pensamento de Parmênides de Eléia (abordagem eleática) quando este afirmava que a realidade mesma consiste de um conjunto de formas imutáveis e que o mundo físico seria uma existência incompleta. O paralelo é evidente entre a proposta metafísica platônica por um lado – descortinar uma dimensão escapando à dissipação do tempo – e os grandes esforços de natureza teórica dos anos de 1950 por outro, ambos ancorados no argumento de que a teoria em si mesma possuiria um valor de verdade.

Apresentam, apesar do paralelo, também discrepâncias, vez que o esforço teórico do século XX, herdeiro já do Renascimento com a sua filosofia experimental, apresentava fortes requerimentos de verificação pela observação empírica, característica do positivismo lógico ou neopositivismo. Não seria demais também encontrar paralelismos entre o platonismo e as noções tradicionais de cultura ou estruturas sociais como super conceitos (superformas) – capitalismo, por exemplo –, conceitos estes submetidos a deconstruções nos anos de 1980.

Aristóteles (384/3-322 aC) é, como se costuma dizer, uma situação à parte⁶. Inicialmente permanece ele por longos vinte anos na Academia de Platão, que foi seu mestre. Depois, afasta-se da trajetória de Platão ao encaminhar-se para recuperar os objetos reais, em detrimento das formas ideais cultivadas pelo seu mestre. Embora se acredite que não tenha praticado dissecações humanas, conduziu tais práticas em outros animais (boi, tartaruga, camaleão)⁷ (Kirk, 1977, p. 115, 116).

Fundou uma escola em Atenas, o Lyceum, para vastamente, como era o estilo da época, empreender a exploração de todos os ramos do conhecimento humano. Esta sua iniciativa é considerada uma das primeiras grandes empresas da organização enciclopédica do conhecimento, organização tão cara ao caráter da Geografia. Algumas de suas obras ilustram a amplitude das suas preocupações temáticas: *Física, Meteorologia, Sobre os Céus, Geração e Corrupção, História dos Animais, Sobre as Partes dos Animais (The Basic Works of Aristotle)*. Seu discípulo Theophrastus, pouco mais jovem que ele e particularmente interessado nas plantas, comparou formas de vegetação no território grego, sendo por isto reconhecido, junto com o mestre, como um precursor neste campo dos estudos da Geografia (Tatham, 1967, p. 29; Kirk, 1977, p. 116).

6 É de se supor que, pertencendo à *guilda* médica por hereditariedade, tenha Aristóteles em algum momento recebido treinamento em dissecação, farmacologia e medicina; daí seu interesse pela biologia (McKeon, 2001, p. V-VII).

7 Acerca do camaleão Aristóteles relata: “Depois de aberto em todo o seu comprimento, continua a respirar durante tempo considerável...” (transcrito de: Kirk, 1977, p. 116).

Região, descrição e mapeamento da Terra: articulação *chora* e *physis*

A noção de região, que é central para a Geografia, está presente na antiguidade grega na sua forma mais intuitiva e empírica. Paul Claval observou que, num sentido mais básico e descritivo e apesar de consistir numa mistura de acidentes geográficos (rios, mares, montanhas, etc) e evocações mitológicas – como nos trabalhos de Heródoto e Strabão – teriam sido os gregos os iniciadores do que se poderia chamar de Geografia Regional (Claval, 1998, pp. 9-12). O senso grego de região evidencia-se bem nesta passagem de Platão transcrita por Clozier (1972, p. 38): “*A Terra conta com um grande número de regiões misteriosas; trata-se de algo muito grande e de que ocupamos uma pequena parcela, alojados em redor do Mediterrâneo, como formigas ou rãs... em redor de uma água estagnada*”.

Homero (séc. IX aC), com o épico *Odisséia*, fornece um trabalho pioneiro das narrativas de viagens que vão se constituir num dos pilares da construção da Geografia Regional, pouco importando, como o diz Claval (1998, pp. 9-12), se os lugares descritos são reais ou míticos. Homero apenas põe em escrita uma tradição pré-existente oral das narrativas de viagens. Heródoto (nascido em 484 aC), por sua vez, representa um novo passo, de natureza empírica e descritiva, produzindo largamente os chamados périplos (Clozier, 1972, p. 23). Utilizando os mapas ou documentos cartográficos para viagens e registros *in loco*, Heródoto distingue as três massas

de terra ou continentes no mundo, mundo mirado a partir do Mediterrâneo: Europa, Líbia e Ásia (Claval, 1998, p. 9).

Grande referência nas descrições regionais é o trabalho de Hecateus de Mileto (520 aC) com a sua apreciação geral do mundo habitado de que tinha conhecimento (Tatham, 1967, p. 29). Este senso de região é compartilhado por todas as civilizações históricas, como a incaica, por exemplo. Na América pré-colombiana registra-se no Império Inca um claro emprego do conceito de região justo nos séculos que precedem à chegada dos hispânicos. Os Incas dominaram, a partir da cidade de Cuzco, a antiga área ou região do declinante Império Wari (área por eles chamada de *Chinchaysuyu*), dominaram a selva oriental (chamada de *Antisuyu*), dominaram a região do Titicaca (chamada de *Collasuyu*) e ainda as terras áridas do Sul (chamadas de *Contisuyu*). Por esta razão, os Incas davam ao seu império o nome de *Twantisuyu*, ou seja, terra das quatro regiões (Lumbreras, 1985, p. 32).

Suporte para o desenvolvimento da corografia, a cartografia, desde Eratóstenes (275-193 aC) até Ptolomeu (100-178 dC), evoluiu consideravelmente. Este melhoramento se realizou não somente no tocante à determinação das posições geográficas dos lugares com base na instrumentação matemática e astronômica (progressos da *physis*), mas também na representação descritiva dos conteúdos dos lugares. Foi sendo estabelecida a prática, que se tornaria tão importante no futuro, de se ir pacientemente aperfeiçoando as observações apostas nos mapas a partir das informações novas trazidas pelos viajantes (Claval, 1998, p. 10-11).

Eratóstenes, nascido em 273 aC, foi quem dirigiu a Biblioteca de Alexandria cem anos após a morte de Alexandre, cujo impressionante material produzido por suas viagens nela jazia. Os registros cartográficos se acumulavam e o trabalho se institucionalizava. À semelhança dos demais *physikóis*, Eratóstenes acreditava na esfericidade da Terra e dedicou grandes esforços para determinar-lhe as dimensões. Então, vê-se como o pensamento astronômico e matemático dos *physikóis* (geral) foi importante para aperfeiçoar as descrições regionais, mediante a cartografia. Em outras palavras, *chora* e *physis* irrigavam-se. São notáveis as contribuições de Eratóstenes e Hiparco (sécs II e I aC) à arte de mapear, este último considerado o maior astrônomo da Antiguidade e definidor do princípio das longitudes, e por consequência da rede das coordenadas terrestres. Ambos exerceram profunda influência sobre Ptolomeu, que conhecia bem os trabalhos dos seus antecessores.

Eratóstenes e Hiparco forjaram os primeiros elementos da Geografia matemática e cartográfica, uma das faces da contribuição grega à Geografia. Para alguns, como Clozier (1972, p. 37), a contribuição mais importante. Mas esta contribuição, sem dúvida, é parte do espectro das contribuições dos demais *physikóis* a campos tão diversos como o da formação dos leitos dos rios, do comportamento das marés, das influências climáticas sobre as pessoas, do estudo das plantas, das indagações sobre as forças que regem os fenômenos físicos em geral, etc. E todas estas contribuições são simultâneas às oferecidas pelas narrativas corográficas (regionais) ou de descrições dos lugares. Exemplos destas últimas não faltam, como é o caso

da contribuição de Agarthacides (170-100 aC) que iniciou os estudos de Geografia alimentar ao classificar as tribos etíopes usando como critério as características das suas dietas; ou da contribuição de Polybius – o mesmo que se interessava pela formação dos leitos dos rios – nas descrições dos sítios urbanos das cidades (Tatham, 1967, p. 29).

A formalização enciclopédica clássica: Ptolomeu e Strabão

A formalização clássica da Geografia acontece quando Roma torna-se a potência dominante no mar Mediterrâneo e vem a absorver a cultura grega. Strabão e Ptolomeu são eles as duas personalidades associadas a esta obra de formalização. Ambos, cada qual com seu estilo, reuniram os estudos teológicos-filosóficos da natureza, os estudos matemáticos da terra e do céu (astronomia, geometria, cartografia) (*physis*) e as descrições corográficas históricas ou naturais (*chora*). Disto resultou a configuração enciclopédica da Geografia que, embora não mais praticada nos ambientes acadêmicos – e cujo último grande representante na disciplina parece ter sido Humboldt –, sobrevive na imaginação popular como uma irrealista e embaraçosa expectativa em relação àqueles que se dedicam a este ramo do saber.

Strabão (63 aC-19/21/25/36 dC?) era também conhecido como historiador e considerado um seguidor da tradição descritiva de Heródoto (Holt-Jensen, 1988, p. 12). Sua *Geographica* possuía 17 volumes e se propunha a apresentar

o conhecimento geográfico acumulado pelo mundo grego até então. Strabão, de fato, é reconhecido como um mestre da descrição regional e dos lugares (corografia) (Barnes, 1921, p. 35-6; Tatham, 1967, p. 29; Lencioni, 2003, p. 46), e entendia ser o papel do geógrafo coletar informações que, vindas de diferentes viagens e trazidas por muitos viajantes, permitiriam “*reconstruir de forma integral em um único plano o aspecto da terra habitada*” (o *oikumene*) (Strabo, II.511, C 117, transcrito por Claval, 1998, p. 11).

Strabão estava convencido da utilidade da Geografia para servir aos comandantes militares e aos administradores (Unwin, 1992, p. 52)⁸. Além disto, acreditava ele que a disciplina era merecedora da atenção dos homens que desejavam ilustrar a si próprios, na medida em que este saber mostrava as diferentes partes da Terra – diferentes povos, meios diversos. Por isto a Geografia, segundo Strabão, proporcionaria seriedade e consistência às reflexões humanas sobre a vida e sobre a felicidade (Tatham, 1967, p. 29). O pensamento de Strabão revela os largos horizontes da auto reflexão grega, inclusive as marcas do epicurismo, horizontes que foram estreitados pela redução moderna da filosofia à epistemologia científica.

Kimble observa, contudo, que o trabalho de Strabão nunca foi muito prestigiado durante o período romano; inclusive Ptolomeu não se referiu a ele nos seus escritos. Apenas no sé-

8 Em sua opinião “*A Geografia...é... trabalho de filósofo...*” (Strabo, 1949, p. 3, cit. por Unwin, 1992, p. 51), e ainda: “*Todos aqueles empenhados em descrever as características diversas dos lugares dedicam especial atenção à astronomia e à geometria*” (Strabo, Livro I.I.12-13, in: Strabo, 1949, p. 25, cit. por Unwin, 1992, p. 51). De fato, o *physikói* não distinguia a filosofia da física (Kirk, 1977, p. 111, 122).

culo V é que apareceram menções à sua obra que revelavam um claro reconhecimento à sua pessoa (Kimble, 2005, p. 17). Além disto, o fato de ser escrita originalmente em grego – e não em latim – dificultou a difusão da obra de Strabão ao fim do Império Romano e começo da Idade Média, tendo o mesmo acontecido a Ptolomeu (Tatham, 1967, p. 30).

Cláudio Ptolomeu, embora não se saiba ao certo, viveu provavelmente entre o ano 100 e o ano 178 da Era Cristã e firmou o seu nome na história do pensamento ocidental como astrônomo e geógrafo. Isto quer dizer que manteve seu interesse voltado ora para a *physis*, principalmente, ora para a corografia. Então, os seus dois grandes trabalhos – o *Almagest* e o *Guia para a Geografia* – são marcadamente diferentes em estilo e temática, mostrando a cisão entre a *physis* e a corografia que marcará a história da disciplina até os dias atuais.

QUADRO 1. Algumas contribuições clássicas à Geografia

Thales de Mileto (624/547? aC)	Previu o eclipse total do Sol (28/maio de 585 aC).
Anaximandro de Mileto (610/547 aC?)	Registra os equinócios e produz mapa da abóbada celeste. Primeiro mapa da Terra.
Anaxímenes de Mileto (585/528 ou 525 aC?)	O ar é a origem de tudo. As coisas se formam por rarefação ou condensação.
Hecateus de Mileto (520 aC)	Descrição das terras habitadas.
Heráclito (ápice da existência 504/500 aC)	Unidade de todas as coisas e jogo dos contrários (dialética). O fogo gerador.
Parmênides de Eléia (ápice da existência 475/500 aC)	Pode-se conhecer apenas o Ser, nunca o vir-a-Ser. O <i>Logos</i> investiga o Ser “ <i>purgado da inconstância e da incerteza</i> ”. O mutável (tempo) é campo da <i>doxa</i> (opinião).

Empédocles (ápice 450 aC)	O ar tem massa. Ciclo da vida. Esquema de correspondência entre os elementos da natureza e os órgãos do corpo humano.
Heródoto (nascido em 484 aC)	Uso dos mapas ou documentos cartográficos para viagens e registros <i>in loco</i> . Identificação das três massas continentais: Europa, Líbia e Ásia.
Hipócrates de Cós (460-370 aC)	Influência da topografia e do clima sobre as tendências políticas dos povos.
Filolau de Cróton (final século V aC)	Natureza ordenada (princípio da ordem) a todo nível de escala (cosmos, micro).
Aristóteles (384/3-322 aC)	Realismo. Organização enciclopédica do conhecimento.
Theophrastus	Comparou formas de vegetação.
Eratóstenes (273 aC- ?)	Esfericidade da Terra e grandes esforços para determinar-lhe as dimensões.
Polybius (210-128 aC)	Estudo da erosão fluvial e formação dos leitos dos rios. Descrições dos sítios urbanos das cidades.
Hiparco (sécs II e I aC)	Princípio das longitudes; rede das coordenadas terrestres.
Agarthacides (170-100 aC)	Estudos de Geografia alimentar: classificou tribos etíopes em função das suas dietas.
Possidônio (135-50 aC)	Estudou a oscilação das marés.
Strabão (63 aC-19/21/25/36 dC?)	Descrição regional e dos lugares (corografia). <i>Geographica</i> (17 volumes).
Cláudio Ptolomeu (100?-178 dC)	O <i>Almagest</i> e o <i>Guia para a Geografia</i> . Ênfase na <i>physis</i> .
Aristarchus	Bases para a teoria heliocêntrica na obra <i>Sobre as Dimensões e Distâncias da Terra e da Lua</i> .

O *Almagest* – esta palavra resulta da adição do artigo árabe *al* à palavra grega *magiste* – foi originalmente conhecido como a *Composição Matemática*, depois como o *Grande*

Astrônomo, até receber aquela denominação que lhe deram os árabes ao traduzi-lo. Juntos, o *Almagest* de Ptolomeu e a obra *Sobre as Dimensões e Distâncias da Terra e da Lua* de Aristarchus – onde estariam as bases da teoria heliocêntrica que se associará ao nome de Copérnico no Renascimento – representam os dois mais compreensivos trabalhos sobre a astronomia da Grécia (Tagliaferro, 1952a, p. 1).

Não faltam controvérsias no campo da *physis*. Não obstante a teoria geocêntrica, aceita por Ptolomeu, tenha recebido reconhecimento desde o mundo grego até o Renascimento, sabe-se que não foi a única disponível aos sábios no horizonte antigo. É que existiam teorias propondo que a Terra estava em movimento, e atribui-se a Aristharcus, como antes notado, uma visão heliocêntrica. Além disto, no próprio *Almagest* existem pontes, segundo estudiosos, entre estas visões (a geocêntrica e a heliocêntrica) (Tagliaferro, 1952a, p. 3,4), afirmação que contraria o tradicional entendimento evolucionista, dentro da Geografia, da sucessão dos dois sistemas de representação da Terra no espaço sideral.

Ptolomeu era, à diferença de Strabão, mais um astrônomo e geômetra, não obstante o seu *Guia para a Geografia* dedicar-se aos lugares e respectivas localizações. Graças a monges cultos no ambiente medieval europeu e aos sábios do Islam – estes, nas *Casas de Sabedoria*, traduziram seus textos do grego para o árabe a partir do século IX –, sua obra não desapareceu junto com a imensa anarquia que se seguiu ao colapso da ordem romana. Os trabalhos de Ptolomeu permaneceram vivos durante a Idade Média, porém despertando mais inte-

resse ao meio e ao final deste período. No Renascimento os seus trabalhos puderam usufruir de incontestável prestígio.

Em decorrência do que foi antes exposto, pode-se seguramente afirmar que o mundo antigo deixou para a Geografia o impulso teórico ou geral (*physis*), o impulso corográfico, o cartográfico, o naturalista e a conformação enciclopédica (Barros, 2004a). Modificados, transformados, alterados, atualizados que tenham sido – e o foram muito pela variedade das circunstâncias culturais, econômicas, políticas, institucionais, tecnológicas, acadêmicas, etc, nas quais estiveram ou estão imersos – estes marcos, cada qual ao seu modo, circundam aqueles que lidam com a Geografia contemporânea.

Difusão do saber, descrição das terras e as propriedades dos assentamentos humanos no Islã

As Casas de Sabedoria do Islã e a absorção das influências greco-romanas

Os árabes entram em contacto com a herança do conhecimento geográfico grego principalmente através dos escritos de Ptolomeu e Aristóteles, que foram traduzidos para o árabe no século IX. Foi o califa Al Mamum o grande promotor das traduções, deste modo desencadeando entre os sábios do Islã um notável processo de assimilação cultural do legado greco-romano. Com o seu cosmopolitismo, Al Mamum devia desconhecer a teoria das invenções culturais *in situ*, uma fantasia ambiental determinista que veio a despertar interesse mais de uma dezena de séculos depois apesar do combate que Frederico Ratzel – difusionista e um dos líderes da institucionalização da disciplina no final do século 19 – dedicou à idéia.

Conforme declara Ibn Kaldun (1332-1406 dC), reconhecido como o mais célebre dos geógrafos do Islã, a *Physis* de Aristóteles, assim como outros trabalhos deste sábio sobre as ciências filosóficas, tornaram-se disponíveis em árabe por ordem de Al Mamum. Nas próprias palavras de Kaldun, a influência exercida por Aristóteles operava-se mediante a técnica dos comentários à sua obra procedidos pelos estudiosos islâmicos: “*Os estudiosos têm escrito livros seguindo-lhe as mesmas linhas, aditando explanações e comentários*” (Kaldun, 1958, p. 147, vol.III).

Daí, compreensivelmente, tanto Ptolomeu quanto Aristóteles ambos marcaram de modo profundo o pensamento árabe culto. Ainda no século 9, em torno de 830 dC, veio a ser fundada a academia científica de Bagdá, por ordem do mesmo califa Al Mamum, e que foi chamada de *A Casa da Sabedoria* (Kimble, 2005, p. 56-7). Outros nichos ou ambientes institucionais de estudos – sítios culturais –, seguindo o modelo das *Casas da Sabedoria*, multiplicaram-se seguidamente nas cidades do Cairo, Damasco, Granada. Aí eram feitas as traduções dos trabalhos gregos e latinos, as suas discussões e comentários, e realizavam-se compilações das informações que eram trazidas pelos viajantes sobre as terras afastadas.

Estas casas funcionaram para o império do Islam tal como as sociedades geográficas, científicas e de viagens funcionaram para os imperialismos europeus que iriam emergir após os séculos 16 e 17. Isto é, funcionavam como centros cosmopolitas de difusão das idéias e como sítios formadores das atitudes da alta cultura imperial. Reconhece-se que muitas obras produzidas naquelas casas, pouca, ou mesmo nenhuma influência

vieram a exercer na Europa, como foi o caso das obras dos geógrafos do mesmo século 9 chamados Ibn Khurradādhbih e Ibn Hawkal (Unwin, 1992, p. 57).

Al Masudi, Al Idrisi e Ibn Batutah: reconhecedores de terras e mares

O século 10 testemunhou Al Masudi projetar-se como o geógrafo de maior destaque no mundo islâmico. Com base no conhecimento que os comerciantes e viajantes árabes vinham adquirindo sobre a costa leste do continente africano, Al Masudi lançou dúvidas sobre a antiga corografia e cartografia de Ptolomeu, na qual a África apontava para o oriente e era ligada ao Sudeste Asiático (Kimble, 2005, p. 63)¹. Entretanto, estas considerações cartográficas mais realistas sobre a África permaneciam ainda no campo do não demonstrável.

Outro geógrafo de destaque foi Al Idrisi (1099-1180), autor da obra *Entretenimento para Aquele que Deseja viajar ao redor do Mundo*. Al Idrisi tornou-se particularmente conhecido no Ocidente, isto em decorrência do seu trabalho descritivo concluído no ano de 1154. Este trabalho, na realidade, era o texto para acompanhar o grande planisfério de prata que ele fez para a corte de Roger II, cristão, da Sicília.

1 Séculos depois (séc. 14), Chu Ssu-Pen (1273-1337 dC) reuniu todas as informações cartográficas que lhe eram disponíveis e produziu uma espécie de mapa-mundo chinês onde, pela primeira vez na história da cartografia, representa-se a massa continental africana como um triângulo orientado para o sul do Mediterrâneo. Os mapas árabes e europeus que lhe eram contemporâneos ainda apresentavam a África apontando para o oriente, apesar das pioneiras conjecturas de Al Masudi.

Al Idrisi, demonstrando um claro impulso cartográfico e corográfico, foi grande viajante pelo mundo então sob influência árabe, reconhecendo ele ser o seu trabalho descrever as cidades, os assentamentos, os territórios, a agricultura, etc, e a extensão dos rios, das montanhas e dos mares que eram mostrados no planisfério (Unwin, 1992, p. 57). Mares não todos, pois os árabes consideravam o Atlântico como o Mar Verde das Trevas. Os doutores do *Corão* sugeriam mesmo punição severa àqueles que intentassem navegar por esta massa de água.

Contudo, o mais legendário dos viajantes árabes no campo das descrições dos lugares e reconhecimento de terras distantes foi, e poucas dúvidas restam sobre isto, Ibn Batutah, que viveu no século 14. Batuta, na verdade, era o apelido de Ibn Abdallah Mohamed, homem que dedicou décadas da sua vida às viagens e à confecção de registros geográficos além de, principalmente, multiplicar seu próprio capital através do comércio. Nasceu no Tanger bem no começo do século 14, e aos 22 anos principia a viajar, primeiro a Meca quando conhece as colônias árabes da costa leste da África. Em seguida, Batuta empreende lendárias andanças pela Índia, pela China e visita a Malásia, deixando descrições e apreciações destes lugares.

Não completamente satisfeito com tantas viagens e negócios, Batutah foi explorar geográfica e comercialmente o Sudão, zona da qual descreveu as condições do meio físico, a população, o tráfego comercial e a situação religiosa, inclusive a conversão de vastas populações negras aos ensinamen-

tos do Profeta (Kimble, 2005, p. 121-124). Esta contribuição situou o seu nome na história dos estudos geográficos e antropológicos.

As generalizações de Ibn Kaldun sobre a dinâmica dos assentamentos humanos

Ibn Kaldun (1332-1406) é efetivamente uma figura exponencial na História da Geografia, isto pelo fato de identificar, pioneiramente, tendências gerais na organização dos assentamentos humanos. Ele nasceu em Tunis, no dia 27 de maio, tendo sido caracteristicamente um humanista, moralista, doutrinário e filósofo da dinâmica das civilizações.

A maestria que Kaldun demonstrou no manejo de pares analíticos tais como populações nômades versus populações sedentárias, o deserto versus o urbano, ou o campo versus a cidade na análise dos assentamentos humanos muçulmanos, e as circunstanciadas descrições e interpretações que apresentou sobre a necessária base sedentária e urbana como estrutura da sustentação das civilizações, representaram uma decisiva contribuição para a Geografia mundial. Kaldun declarou o seu débito para com Ptolomeu, e também produziu suas corografias. Ele inscreveu seu nome na História da Geografia pela qualidade e abrangência dos seus registros, reflexões e generalizações sobre os assentamentos humanos, sobre o meio ambiente e sobre o estado, não obstante o reconhecimento que recebeu em função das suas contribuições também nos campos filosófico, pedagógico, da política, da administração pública e da história.

Civilização e meio: geração, desenvolvimento, apogeu e corrupção

Ibn Kaldun, no volume I do seu *The Muqaddimah, an introduction to history*, analisa sucessivamente as relações da civilização com o meio geográfico, as características da sociedade beduína ou dos desertos – especialmente as condições da sua reprodução econômica, moral e cultural –, e as estruturações do poder político nesta mesma sociedade. Toda a detalhada análise que produz é energizada por uma sofisticada proposta holística de interpretação do papel causal das relações entre as dinâmicas, por um lado histórica, e por outro moral, nas mudanças empiricamente verificadas nos assentamentos humanos da sociedade muçulmana.

Os estudos de Kaldun, entretanto, não se restringiram à dimensão cultural; atingiram o mundo físico. Como o sábio enciclopédico que foi, e mediante a compreensão da *physis* que havia aspirado da filosofia grega, Ibn Kaldun assimilou e dialogou com a ampla cultura greco-latina e com as cogitações dos teólogos medievais sobre os fenômenos naturais. *Physis* incluía o estudo da astronomia, assim como o estudo das substâncias e dos seres por elas formados, como as plantas, os animais, as rochas, os seres humanos, etc. As fontes d'água, os terremotos, os fenômenos atmosféricos como as nuvens, os trovões e as tempestades, eram todos campos de estudo da *physis*, tal como a alma dos homens, dos animais e das plantas (Kaldun, 1958, p. 147, vol.III). Mas, o campo no qual Kaldun deixou a mais impressionante contribuição foi certamente no da interpretação da história, da política e dos assentamentos hu-

manos onde, ao seu modo, entendeu haver identificado uma lei geral ou tendência de comportamento.

Kaldun considerava que o estado resultava da combinação das virtudes da religião com a atitude nobre e benevolente dos mais poderosos em relação à população mais pobre. A benevolência, para ele, era uma atitude típica das populações dos desertos, populações estas organizadas em energéticas tribos nômades. O ambiente físico e social do deserto seria, portanto, o nascedouro ou o ambiente geográfico das dinastias ascendentes. Aí, neste ambiente originário onde a nobreza e a religiosidade combinavam-se, as atividades culturais e econômicas cresciam e a população se avolumava e se adensava. Gradualmente urbanizando-se, a dinastia atingia o seu máximo de abundância, consumo e luxo.

Então, continuando o ciclo, advinham os males. Tinham lugar os ataques à propriedade privada (saques às caravanas, aos celeiros, às plantações e às criações); as rebeliões se rotinizavam; os impostos multiplicavam-se e a carga tributária tornava-se sempre maior, alcançando a tudo e a todos; e a área agrícola ia-se retraindo, o que diminuía a formação dos estoques de grãos. O ataque à propriedade privada, segundo Kaldun, conduziria à morte da civilização, morte que se produziria na seguinte sequência: 1) ataque à propriedade privada; 2) desestímulo aos negócios; 3) inatividade e desinvestimento; 4) colapso social. Oferecer segurança à propriedade e aos negócios era estimular o desenvolvimento e oferecer sustentabilidade à vida civilizada (Kaldun, 1958, p. 103-104, vol. II).

Como são os estoques de grãos que sempre permitem compensar as oscilações anuais de boas e más colheitas, osci-

lação natural devida à variação interanual das chuvas, e como estes estoques diminuem com a desorganização social causada pelos ataques à propriedade particular, logo a fome e as epidemias se fariam presentes. Observava Kaldun: “*Se nada é estocado, as pessoas só podem esperar passar fome*” (Kaldun, p. 136, v. II). As pestes derivavam também, conforme Kaldun, da corrupção do ar em função da grande concentração das pessoas nas grandes cidades civilizadas, como no Cairo; o ar corrompido destes assentamentos atacava os pulmões.

Trata-se de uma espécie de lei dos malefícios da concentração demográfica excessiva. Ele recomendava, então, que as cidades dispusessem de amplas áreas livres entre áreas construídas, com o objetivo de melhorar as condições do ambiente doméstico e público quanto à circulação do ar (Kaldun, 1958, p. 137, v. II). Além disto, apontou que a cidade produzia muita matéria putrefata e umidades pestilentas, o que favorecia as doenças. Kaldun observou os assentamentos humanos e construiu generalizações a partir do que viu neles.

Civilizações, estados e assentamentos humanos tenderiam, afinal, ao declínio, quando as suas populações se tornavam sedentárias e urbanas num alto grau. Aqueles virtuosos beduínos originários, religiosos, crentes e nobres, teriam os seus descendentes destruídos pelas próprias cidades que eles pioneiramente haviam criado. Isto é: o meio produzia a civilização, e, uma vez mudado o meio, o próprio meio a destruía. As civilizações e os assentamentos humanos estariam submetidos à lei da geração e corrupção. Desta maneira, Ibn Kaldun oferece uma teoria ou doutrina moral do declínio das civilizações que encontra similares nas narrativas antigas (Barros, 2005a).

A lei da diferenciação funcional entre as cidades

Kaldun registrou e assistiu ao declínio econômico e cultural de muitas partes do Islam, como por exemplo, o declínio do cultivo das altas ciências nas cidades de Córdoba e Bagdá. Com o recuo territorial muçulmano, as ciências do Islã foram se recolhendo para o Cairo. Povos do deserto ou dos vilarejos ou de cidades outrora importantes que teriam entrado em franca decadência econômica e, portanto, se desprovido dos valores e hábitos da civilização, dedicavam todo o seu trabalho para conseguir migalhas para sobreviver, descreveu Kaldun.

Nestes lugares não havia mais o excedente de riqueza nem o luxo – característicos das civilizações e das grandes cidades – que poderiam sustentar a criatividade e o refinamento da indagação científica, filosófica e artística. Kaldun doutrina-va que a educação para a alta ciência era função encontrada apenas nos grandes centros urbanos das civilizações, ou *cores* de regiões culturais, como os chamariam geógrafos europeus como Ritter e Ratzel no século 19. Os sábios emigravam para os locais civilizados, assim como deveriam fazê-lo, recomendava expressamente Kaldun, aquelas crianças e jovens que tivessem alguma propensão para o estudo e para as ciências (Kaldun, 1958, p. 434-435, vol. II).

Foi no âmbito destas discussões que Ibn Kaldun identificou a relação entre o tamanho das cidades e as funções urbanas que tendem elas a possuir em decorrência das suas dimensões populacionais e de negócios. Em outras palavras, Kaldun identificou o princípio da hierarquia funcional urbana. Este princípio inspirou numerosos estudos geográficos a

partir da segunda metade do século 20, estudos estes especialmente influenciados pela investigação da idéia de centralidade funcional na distribuição espacial da população feita por W. Christaller (1966), em 1933.

Funções como as Casas de Banho públicas, por exemplo, eram, segundo o geógrafo árabe, típicas ou exclusivas das grandes cidades (função rara); viessem elas a serem estabelecidas em cidades de tamanho médio acabariam inevitavelmente por fechar as portas, simplesmente por escassez de demanda e ausência de lucro. O mesmo aconteceria aos estabelecimentos nos ramos das jóias, da perfumaria e da vidraçaria, tal qual nas atividades da alta educação, ciência e cultura – as Casas da Sabedoria, por exemplo –, similarmente funções raras. Entretanto, atividades como carpintaria ou confecções de roupas eram encontradas em cidades de todos os tamanhos (função indiferenciadora).

A capacidade de Ibn Kaldun de produzir generalizações a partir das análises sobre o povoamento – talvez se possa dizer que foi uma espécie de *physikói* dos assentamentos humanos – inseriu seu nome com destaque entre aqueles que cooperaram na construção da Geografia. Ele elaborou uma grande narrativa ou interpretação geral sobre a gênese, evolução e decadência dos assentamentos humanos. E, ainda, produziu uma espécie de observação geral acerca das tendências das distribuições das funções pelas cidades, distribuição funcional hierárquica regulada pela riqueza e população ostentada por estas mesmas cidades (Barros, 2005a).

Geografia Geral e Corografia: contribuições nos séculos 16 e 17

Geografia e corografia no ambiente renascentista

Os trabalhos geográficos produzidos neste período não são apenas exemplares de descrições de viagens impetuosas e delirantes (Raleigh, 1595). Muitos apresentarão características inovadoras que virão a influenciar decisivamente a natureza da Geografia quando da sua formulação moderna e institucionalização nos séculos 19 e 20.

A passagem da Geografia do Renascimento para a da condição moderna é problemática, entremeada pela complexa experiência do Iluminismo e se constitui num campo sem fim para pesquisas e especulações. Contudo, historiadores da Geografia reconhecem a obra *Geographia Generalis* (1664) de Bernardo Varenius, editada originalmente em 1650 em Amsterdã, como o trabalho que lançou uma ponte entre os esforços do Renascimento e o caráter do Iluminismo, ou Época da Razão.

Coube assim a Varenius a tarefa de enfrentar e propor uma harmonia funcional racional para a tradicional justaposição ou dualidade existente dentro da disciplina entre o impulso metodológico descritivo e o generalizador. Os trabalhos geográficos ao longo destes dois séculos – 16 e 17 – oscilam entre os dois impulsos, e tal qual na obra de Peter Apian – que se verá a seguir –, há consciência da coexistência das duas grandes atitudes metodológicas.

É também o caso de Acosta, que oferece nos seus escritos narrativas descritivas caracteristicamente corográficas e, ao mesmo tempo, ousa produzir generalizações. Na sua notável *História Natural y Moral de Las Índias* (1590), este jesuíta explora os temas da história natural e da física da Terra “com admirável generalidade”, conforme apreciação de Humboldt (1952, vol. 1, p. 48). Acosta, inclusive, antecipou-se a Humboldt quando identificou a importância do declínio da temperatura com a elevação da altitude (Butzer, 1992, p. 557), e nisto se pode reconhecer um grande passo no exame das regularidades nas relações entre os fenômenos – chamaríamos hoje geofatores (relevo, clima, vegetação) – no campo da Geografia, isto é, na superfície da Terra. A propósito, esta foi reconhecidamente a grande contribuição humboldtiana: ecologia de montanhas, zoneamento ecológico de altitude.

É de se observar ainda que Acosta ofereceu a representação de uma certa cadeia alimentar com estilo renascentista e teológico, na qual o solo (terra) alimenta as plantas, estas aos animais, e estes dois últimos servem de alimento ao homem, situado no topo, para a glória de Deus (Capel, 2006, p. 16). Trata-se de uma visão da Terra vendo-a como feita para

o Homem, isto é, teológico-antropocêntrica. A hierarquia de Acosta está em evidente contraste com versões recentes da ecologia laica e não-humanista.

Nas obras denominadas *Astronomicum caesareum* e *Cosmographicus liber* (1524) Peter Apian – astrônomo e cartógrafo nascido no ano de 1495 na Saxônia – retoma a distinção entre a *physis* (leis, generalizações) e a corografia (descrição dos lugares) (Dickinson, 1969, p. 5). Segundo Apian, a Geografia se concentrava em estudar o Sol e os planetas que, segundo ele (geocentrismo), giravam em torno da Terra: isto era a *geographia generalis* para ele. O saber que devia lançar a sua atenção para a descrição da Terra, por outro lado, seria a corografia. A Geografia seria, portanto, para muitos assim como para Apian, uma *physis*, estudo da astronomia, e com esta última se confundiria. A palavra Geografia não deveria denominar as descrições corográficas: Geografia não seria corografia.

A *Cosmographia universalis* (1544) de Sebastian Münster já é mais corográfica, à diferença da obra de Apian. A obra de Münster, cartógrafo que estudou em Heidelberg e Viena, nascido em 1489, exemplifica a oscilação entre os estilos corográfico e generalizante (*physis*) que predominava nos vários trabalhos geográficos da época, embora Dickinson tenha observado que a parte matemática e de Geografia física (*geographia, physis*) era diminuta na obra de Münster. Sua obra, realmente, estava voltada para a corografia (Dickinson, 1969, p. 6). O trabalho se constitui de comentários acerca da ação erosiva dos rios sobre a crosta do planeta, acerca de terremotos, mineração e rochas, versa sobre fatos da vida humana e política da Alemanha, e, por fim, expõe descrições de lugares

baseadas nas observações realizadas por viajantes que teriam percorrido a Ásia, a África e a América. O trabalho de Münster desfrutou de larga importância e muita influência até a segunda metade do século 17, sendo seguido em popularidade pela célebre obra de Bernardo Varenius.

O pastor reformista, astrônomo e matemático Bartholomäus Keckermann (1572-1609) publicou em 1611 o *Systema Geographicum*. O trabalho fez sucesso no período pré-Varenius, vez que nele estavam expressas atitudes diante do mundo já derivadas da Reforma. Para os geógrafos da Reforma, nas palavras de Livingstone, “*uma vez que Deus revelou a si próprio através da natureza tanto quanto se revelou mediante as escrituras, então o mundo natural poderia ser investigado independentemente de uma revelação especial*” (Livingstone, 1992, p. 84). O ato observacional, para a construção das verdades legitimou-se e foi estimulado por estas mudanças no contexto teológico da Europa cristã. O *Logos* não estava mais encerrado na Bíblia e nos profetas (Weber, 1983, p. 104). Keckermann advogou que fosse mantida a distinção terminológica clássica – vinda de Ptolomeu – entre Geografia (*physis*) e corografia. Ou seja, corografia (descrições dos lugares) não seria Geografia. Este ponto de vista foi examinado por Bernardo Varenius e projetou-se para as discussões epistemológicas nos ambientes da Geografia moderna¹ e dos dias atuais.

1 Esta distinção será a base da chamada revolução teórica dos meados do século 20, evento da maior relevância para compreender o pensamento geográfico contemporâneo, suas dificuldades e perspectivas. Geógrafos tentaram, com este movimento historiográfico doutrinário, construir atitudes geográficas livres da tradição corográfica e enredadas na tradição da *physis* ou *geographia generalis*.

As leis gerais e o corográfico na obra de Bernardo Varenius

A obra de Bernardo Varenius – a *Geographia Generalis* (1664) – é reconhecida como um passo importante na história da construção do pensamento geográfico. Como nos demais trabalhos de antes e da sua época, Varenius preserva a clássica divisão dentro da disciplina entre a *physis* e a corografia. Entretanto, o passo dado por Varenius foi, em reconhecendo tal dualidade, refletir sobre ela diante do desenvolvimento da astronomia e produzir uma harmonização funcional como solução.

Varenius não somente fixou uma linguagem que influenciou a Geografia moderna, mas também enfrentou doutrinariamente a questão da metodologia para o estudo geográfico, como se pode ver no Quadro abaixo. Preservou a denominação *geographica generalis*, já empregada por Apian em 1524, para o estilo de trabalho que produzia e reunia as informações astronômicas e físicas na escala do globo terrestre. E, ao conjunto das práticas e produtos (descritivos) lidando tanto com a parte natural quanto com a parte cultural ou humana das regiões particulares (a corografia) Varenius deu-lhe o nome de *geographica specialis* (Quadro 1). Apesar das diferenças que ostentavam, ambas as atitudes podiam equilibrar-se num composto justificado racionalmente e harmonioso, a Geografia.

Dentro do ambiente científico da época, ainda sob forte influência teológica, a distinção propiciada por Varenius poderia ser assim representada: a) *os trabalhos gerais*: compreendendo as leis astronômico-matemáticas do governo ge-

ral de Deus sobre o mundo, a dimensão do necessário, e: *b) os trabalhos especiais*: compreendendo a dimensão das circunstâncias, a dimensão soteriológica, o espaço da teologia, da moral, da providência (Livingstone, 1992, p. 85).

QUADRO 2: Divisão e definições da Geografia em *Geografia Geral* e *Geografia Especial* segundo Bernardo Varenius

<i>Geografia Geral ou Universal</i>	<i>Geografia Especial ou Particular</i>
Considera o conjunto terrestre em geral, e expõe suas propriedades sem referência a países em particular; <i>a) Parte da Geografia Geral chamada de Relativa ou Planetária:</i> estudo das relações do planeta Terra com o Sol e a Lua (sistema solar e movimento), na medida em que é em relação a este sistema celestial que ritmos estacionais, zonas climáticas, sucessão de dias, marés, etc, se definem. <i>b) Parte Comparativa:</i> examina as propriedades ou características de partes diferentes da superfície do planeta, e desenvolve explicações a partir destas comparações.	Descreve a constituição e situação dos países em particular. Caso estude países grandes chama-se Corografia; e pequenas extensões, Topografia. <i>a) Parte da Geografia Especial dedicada ao estudo das Propriedades Físicas da Terra:</i> descrição do observado na superfície (“face”) de cada país; aspectos como localização, forma, tamanho, topografia, hidrografia, vegetação, solos, longitude, etc. <i>b) Parte da Geografia Especial dedicada ao estudo das Propriedades Humanas:</i> refere-se ao estudo dos habitantes do lugar (estatura, cor, alimentação, atividades econômicas, virtudes e vícios, escolas, casamentos, governo, religião, cidades, história, pessoas famosas, invenções, etc).

Baseado em: Humboldt (1952), Dickinson (1969) e Varenius (1664).

Outra contribuição de Varenius é a atualização heliocêntrica da Geografia. Por então, a proposta astronômica do sábio polonês N. Copérnico (1473-1543) de um século antes – e exposta no seu *On The Revolution of Heavenly Spheres* no

qual negava o sistema geocêntrico² ao afirmar que a Terra e os planetas giravam em torno do Sol – permanecia esquecida na Geografia. Foi a obra de Varenius que a introduziu na disciplina. Isaac Newton, célebre físico e astrônomo, admirava o trabalho de B. Varenius justamente por que o autor de *Geographia Generalis* reconciliava os avanços da física/astronomia com a Geografia. A Geografia inicia, neste momento, um recuo nas suas ambições astronômicas, vai se tornando mais e mais próxima à superfície da Terra e guarda o seu nome.

Varenius enfrentou, pela primeira vez na história da disciplina – face aos progressos verificados na física/astronomia, como visto – este problema por demais embaraçoso. E o enfrentou propondo uma conciliação ou tensão ou equilíbrio funcional entre as duas partes que se desagregavam. Esta desagregação era manifesta no fato de que os estudos astronômicos (*physis*) caminhavam para um lado, e os descritivos ou corográficos caminhavam para outro. A proposta doutrinária harmonizadora de *Geographia Generalis* torna-a celebrada como obra prenúncio para o Iluminismo e o início da Geografia moderna, ou um esforço para renovar a Geografia clássica greco-romana (Tatham, 1967, p. 32, 33).

Bernardo Varenius (1622-1650) nasceu na Alemanha (Humboldt, 1952, vol. 1, Introduc., p. 49; Dickinson, 1969,

2 A cosmovisão geocêntrica havia sido fixada por Ptolomeu, prolongara-se dominando o Islam, atravessara toda a Idade Média e entrara na Renascença. Copérnico, entretanto, a partir dos estudos da astronomia antiga a que procedeu e novas observações astronômicas, recupera a visão heliocêntrica que estaria também presente na reflexão astronômica grega (Tagliaferro, 1952a, p. 1 e ainda Tagliaferro, 1952b).

p. 7), tendo estudado filosofia, matemática, física, biologia, química, beneficiando-se dos mais consistentes treinamentos científicos disponíveis por então. Aprendeu o valor da observação e do impulso generalizante na construção do conhecimento. É provável que esta sua formação o tenha convencido do valor do método comparativo na construção das explicações sobre os fenômenos (Quadro 1). Depois, dentro da tradição geográfica, este método veio ser celebrado, didaticamente, por Carl Ritter na sua obra *Introducción à la Géographie Generale Comparée*, originalmente publicada em 1852 (Ritter, 1974); e manejado com maestria por Alexandre Humboldt (ver nota 12, sobre Herckmans e o método comparativo).

A princípio orientado para a carreira médica, Varenius abandonou os estudos de medicina que realizava na Universidade de Königsberg. Parte então para Amsterdã, onde então começa a publicar. Segundo ele próprio, sua fuga para Amsterdã teria sido empreendida para escapar da destruição da guerra na Alemanha (Humboldt, 1952, vol.1, Introduc., p.49). Em 1649, um ano antes da 1ª edição da sua *Geographia Generalis* e da sua morte, Varenius publicou, como resultado de compilações, dois trabalhos do tipo Geografia especial (ou particular ou regional, ou corográfica) sobre a terra, a história e a religião no Japão (Dickinson, 1969, p. 9).

A permanência de Varenius na Holanda, segundo Humboldt (1952, vol. 1, p. 48; vol. 2, pp. 451, 449), permitiu-lhe manter estreitos contatos com os viajantes que acorriam a este centro cosmopolita dos negócios, da ciência e da cultura. Tratava-se de um *core* imperial culto e sofisticado, cuja área

de influência se estendia pelo mundo, do oriente ao ocidente, inclusive ao Brasil. Esta última zona colonial (Brasil) veio a ser figurada e estudada em várias localidades litorâneas – especialmente no Norte, como no Ceará, Rio G. do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia – por artistas, cartógrafos e naturalistas trazidos pela Companhia das Índias Ocidentais (Eckhout, F. Post e G. Marcgrave). O *Atlas de Johan Vigboons* foi produto cartográfico deste período, tendo este cartógrafo desenvolvido os mapas em seu ateliê em Amsterdã com base nas informações que lhe eram transmitidas pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (Galindo & Meneses, 2003)³. Varenius transitou nos privilegiados sítios culturais de observação do mundo existentes no ambiente cosmopolita dos Países Baixos, nos meados do século XVII.

Embora na opinião de D. Livingstone a *Geographia Generalis* seja obra “*tipicamente astronômica e matemática em impulso*” (Livingstone, 1992, p. 86), A. Humboldt reconhe-

3 G. Marcgrave (1610, Alemanha – 1644, Angola) é um exemplar cientista do Renascimento, com interesse enciclopédico nos diversos ramos do conhecimento. Foi médico, químico, astrólogo, matemático, cartógrafo, naturalista, arquiteto e astrônomo, realizando observações astronômicas e cartográficas no considerado primeiro observatório astronômico das Américas, construído em 1639 na cidade do Recife sob a ocupação holandesa (1630-1654) no período nassoviano (1637-1644). Um exemplo da corografia da época produzida nos Países Baixos é o trabalho de Elias Herckmans, *Descrição geral da Capitania da Paraíba* escrito em 1639 (Herckmans, 1982) – uma Geografia denominada “especial” ou “particular” na linguagem do seu contemporâneo Bernardo Varenius. O culto Elias Herckmans pratica a “geografia comparativa” (Geral, ver Quadro 2) preconizada por Varenius ao confrontar as condições que havia observado em excursão na mata e litoral da Paraíba às condições dos ambientes tropicais da África, quanto ao clima e à vegetação, tentando construir uma ideia realista dos trópicos e se desvencilhar da geografia grega ptolomáica das zonas climáticas, a saber, da noção de zona tórrida. Herckmans foi nomeado por Maurício de Nassau governador da Paraíba.

ce que Varenius neste trabalho conseguiu submeter a porção celeste dos estudos geográficos (astronomia) aos interesses da interpretação dos fenômenos da porção terrestre (1952, vol. 1, p. 48-49). Estas duas porções se distinguindo, evidentemente; porém, e mais importante que tudo, sendo postas causalmente em relação. Três aspectos da obra de Varenius autorizam historiadores da disciplina a considerá-la um marco para o surgimento da Geografia moderna: a linguagem inovadora sobre a divisão da disciplina; a sua focalização na superfície da Terra, embora sempre procurando relações entre os fenômenos da superfície do planeta com os fenômenos astronômicos; e a valorização do método comparativo como base ao impulso para a generalização.

Talvez a maior repercussão da obra de B. Varenius para a formação da Geografia como ciência no padrão moderno derive do fato que ele insistiu nas relações e interinfluências explicativas ou causais entre os estudos gerais – a chamada Geografia geral ou das leis –, e os estudos corográficos (Geografia especial). Varenius deplorava a cisão dos dois estilos de trabalhos geográficos, pois prejudicava, segundo ele, a necessária busca das relações causais entre os eventos. Reconhecia ainda que, nesta cisão, era a Geografia geral que vinha sendo indevidamente sacrificada.

B. Varenius era da opinião que, permanecessem assim os trabalhos geográficos (muito *Especiais*, corográficos/topográficos), diante do rápido desenvolvimento das ciências – entenda-se da física e da astronomia –, a Geografia com dificuldades estaria ainda a merecer o nome de ciência, pela sua pouca capacidade de oferecer entendimentos gerais aos fatos locais.

Religião, ocultismo e secularização como contextos da criação científica

A obra de Bernardo Varenius emergiu de um meio ambiente científico, cultural, religioso, político e social considerado realmente revolucionário, o ambiente dos séculos 16 e 17. Copérnico, embora sem grande divulgação, havia retirado a Terra da condição de centro do universo e o movimento da Reforma Protestante desafiava a autoridade teológica com a proposta da livre interpretação bíblica pelos cristãos como indivíduos. Varenius aspirou estes ares renovadores propiciados pelo individualismo e pelo pensamento laico que caracterizaram os ambientes afetados pela Reforma e pelo Racionalismo. E tanto se embebeu destas influências que chegou a afirmar desafiadoramente, na sua *Geographia generalis*, que a Geografia não devia se preocupar com as opiniões dos antigos nem ela precisava recorrer a milagres para explicar os fenômenos da Terra (Capel, 2006, p. 24).

Estava em curso, como o indica Livingstone, uma verdadeira “*revolução cognitiva*” (Livingstone, 1992, p. 63; Livingstone & Whithers, 2005). Esta revolução acabaria por impingir o terceiro elemento caracterizador da identidade cultural européia, o Iluminismo. Os outros, de origem antecedente, são a influência greco-romana e o cristianismo. De fato, horizontes teológicos e mágicos misturavam-se aos horizontes racionais e observacionais emergentes nas mentes dos protagonistas.

Todas estas influências – inclusive a tradição gnóstica que havia estado presente na Idade Média na Europa ou no

Islam, vinda da Antiguidade, com suas seitas e ritos de iniciação e o seu profetismo – entrançaram-se para formar o tecido contextual das idéias e acontecimentos no qual a Geografia moderna medrou. Kepler (1571-1630) era encantado pelo profetismo astrológico e também oferece *The Harmonies of The World* (1952) a Deus, o Criador. Isaac Newton, que edita a *Geographia Generalis* de Varenius e a adota nas suas aulas de Geografia (*physis* ou *geographia generalis*) em Cambridge – precisamente pela adoção neste livro do sistema de Copérnico – era um devotado alquimista em cujos cadernos de notas pessoais lêem-se frases como: “*Compreendi o tridente*” (Cohen & Westfall, 2002, p. 364). Mantinha ele, ainda, um interesse especial e permanente na elucidação dos livros proféticos bíblicos (Livingstone, 1992, p. 67)⁴.

A Geografia Geral em sua origem foi uma combinação de matemática, astronomia e física. Em momentos diversos na história da disciplina, a Geografia Geral assim entendida se chamou física (*physis*), Geografia ou Geografia Física. Esta é a base para o pensamento naturalista ou positivista que se propagará para muitos domínios na Geografia que emergirá nos séculos 19 e 20. Aquelas idéias formariam o suporte para a física social e para o positivismo histórico e evolucionista da Geografia moderna, atitudes epistemológicas reconhecidas tanto em modelos como o gravitacional quanto na crença

4 I. Newton, no seu texto “*Das leis e processos óbvios da natureza na vegetação*”, examina a questão natureza versus cultura: “*Os minerais... podem, pela Arte... putrefazer-se.... E o produto não é menos natural do que se a natureza o houvesse produzido sozinha. Acaso o filho é artificial porque a mãe tomou remédios, ou é menos natural a árvore plantada num jardim e regada do que a que cresce sozinha no campo*” (reproduzido in: Cohen & Westfall, 2002, p. 371).

da compreensão e do planejamento científicos de uma imaginada totalidade social.

A grande mudança, o grande desafio: o Iluminismo

Os sistemas de coordenadas e as projeções – em princípio uma invenção grega – foram sendo então ajustados para proporcionar acuradas representações da superfície do planeta, agora visto como um todo. Porém mudanças tão significativas não estavam restritas apenas aos domínios da astronomia e da representação cartográfica do globo.

Outros campos abrigados sob o vasto guarda-chuva enciclopédico da Geografia seguiam também se especializando, desenvolvendo técnicas próprias e ambições particulares. A física foi se afastando da filosofia especulativa e das práticas mágicas e desenvolvendo métodos e instrumentos observacionais mais acurados, o que representou um salto gigantesco em relação aos limites observacionais aos quais estavam submetidos os *phisikóis* gregos.

Este salto foi denominado filosofia experimental, cuja emergência no Renascimento deságua efetivamente na ciência moderna. Torricelli inventou o barômetro – instrumento decisivo no desenvolvimento observacional da climatologia e nos estudos do relevo/orografia (determinação das altitudes) –, tendo Pascal desenvolvido várias aplicações para este instrumento. Lineu e Buffon realizaram conquistas, respectivamente, na Botânica e na Geologia, tornando os padrões de exigências de conhecimento sobre as plantas e a constituição da Terra muito mais precisos. Uma mentalidade secular

e progressista – formando os *livre-pensadores* – no campo dos estudos naturais e das reflexões sociais, econômicas, culturais e políticas se difundiu, sendo ao mesmo tempo expressões e razões deste cenário. Eventos como a campanha abolicionista (iniciada em 1787), a Revolução Industrial britânica, a Revolução Francesa, a filosofia experimental ou positiva, junto a outros, formam um contexto. A isto se chamou de Iluminismo.

Três características ou atitudes no campo das idéias científicas são centrais, segundo Stoddart, para o entendimento do Iluminismo e da emergência da Geografia moderna: o realismo descritivo, a classificação sistemática dos materiais coletados e o método comparativo para desenvolver as explicações (Stoddart, 1982, p. 292-293). É, então, com base no quadro geral das circunstâncias econômicas, culturais, políticas, educacionais e históricas do Iluminismo, como experiência peculiar ao Velho Continente, que Stoddart denomina a Geografia moderna como uma “*ciência européia*” (1982).

Entretanto, no Iluminismo, a equalização da Geografia à corografia não desapareceria do horizonte do saber geográfico. Kant (1724-1804), figura emblemática do Iluminismo, ensinou Geografia quando jovem, numa visão corográfica, descritiva e classificatória, e considerava a Geografia a irmã da história em método. Ambas com método distinto do prevalente nas demais ciências. A visão kantiana, singularizando o método da Geografia e colocando a disciplina, em decorrência desta atitude, à parte do movimento geral das idéias científicas que dominavam os demais domínios do saber, virá a ser alvo das críticas muito severas e eruditamente fundamenta-

das da historiografia doutrinária neopositivista no começo da década de 1950.

Varenius, embora um século antes de Kant, advogou – através da idéia de uma *geografia geral* – um perfil para a Geografia mais próximo do estilo do positivismo, enquanto Kant aproximava-se daquilo que para Varenius seria apenas a dimensão chamada de *Geografia Especial* (corografia, topografia). Certamente a Geografia, do ambiente do Iluminismo em diante, passou a lidar com um grave problema de justificação diante das outras ciências, ciências estas que se especializavam e caminhavam num sentido mais positivo/naturalista, particularmente pela via das observações, comparações e identificações de regularidades observáveis nas relações entre fenômenos.

O pensamento geográfico geral em Thomas Malthus, Alexandre Humboldt e Carl Ritter

Malthus: o homem, o meio e a razão: a primeira formulação da Geografia moderna e seus ecos na institucionalização disciplinar

Ao se falar, à época de Kant – isto é, na segunda metade do século 18 –, em contribuições de estilo positivo para a compreensão do comportamento humano nas suas relações com a terra, com o espaço, vem à mente a tese de Thomas Malthus (1798) acerca do que comandaria a dinâmica das populações humanas. Especialmente no caso da História da Geografia, o estudo de Malthus significou uma contribuição decisiva para a primeira formulação do pensamento geográfico moderno, isto é, para a formulação da Geografia como ecologia do homem.

Ocupando lugar proeminente na história das idéias populacionais, econômicas e do planejamento, e posição modestíssima – senão total esquecimento! – nas narrativas da

história das idéias geográficas – exceto claro, no capítulo da Geografia da População –, Malthus produziu, na realidade, uma teoria de estilo positivo das relações entre o homem (a população) e o meio (Bailey, 2005, p. 33). O que Malthus enunciou seria uma lei da dinâmica da população. O controle desta dinâmica se fazia pelas características da região do espaço geográfico onde a população habitava, para usarmos a linguagem da Geografia.

Sobram provas que sua contribuição generalizante teve conseqüências irrecusáveis na formação do pensamento geográfico moderno, e é isto que justifica a inscrição do seu nome ao lado de personalidades como Humboldt, Ritter e Ratzel. Àqueles que possam alegar não ter tido Malthus nenhuma influência na institucionalização da Geografia, de modo que seria forçada a colocação do seu nome em tal posição, pode-se responder que Humboldt e Ritter também não tiveram nenhuma, uma vez que suas vidas desenrolaram-se antes do processo da criação dos cursos universitários da disciplina. São as idéias de Malthus, na realidade, que ajudaram decisivamente a formar a Geografia moderna.

As reflexões de Malthus sobre os limites que os meios geográficos imporiam à dinâmica das populações humanas – isto é, controle natural ou positivo (externo, natural) do meio sobre estas populações – veio, décadas depois, a exercer sobre Darwin uma fortíssima impressão. É que o estudo ajudou o célebre biólogo a formular a idéia dos mecanismos que produziriam a diferenciação biológica. A seqüência da influência malthusiana prosseguiu, posto que Ratzel, um dos institucio-

nalizadores da Geografia na Alemanha, recebeu sua formação biológica em ambiente darwiniano.

Portanto, ao investigar os mecanismos da diferenciação cultural entre os povos, é compreensível que Ratzel tenha vindo a atribuir grande importância às propriedades ou características do meio como mecanismo diferenciador, propriedades que ora isolavam, fixavam e assim diferenciavam, ora facilitavam os contatos com outras culturas pelas oportunidades criadas pelas difusões, produzindo-se também diferenciações (Barros, 2006a).

Humboldt: cosmografia, totalidade e estética

O barão Friedrich Wilhelm Karl Heinrich Alexandre Humboldt (1769-1859) foi uma das figuras arquetípicas do Iluminismo com pendor naturalista, certamente a de maior projeção. Talvez, diz-se, teria sido ele o último exemplar de uma era que se findava. Humboldt era filho de um maçom racionalista e, como de costume nas classes altas da época, foi educado inicialmente na sua própria casa, por tutores (Capel, 1981, 5).

Humboldt preservou o caráter amplo da Geografia – ainda que verticalmente enriquecida pela maior acuidade observacional propiciada pela fase das expedições científicas que marcaram o período em que viveu –, e o operou mediante a proposta cosmográfica, espécie de ciência que procurava absorver os progressos da instrumentalização dentro de uma *physis* abrangente, que incluía a estética, evidentemente. A cosmografia naturalista de Humboldt é uma metafísica de ordem grandiosa, hegeliana, romântica (Bianquis, s/d), pro-

curando beneficiar-se na sua edificação dos procedimentos observacionais dos fenômenos da natureza.

Tal cosmografia é uma espécie de filosofia (*physis*) do globo (Capel, 1981, p. 7-8; Livingstone, 2003, p. 4) produzida pela mente do Iluminismo, ou nas palavras do próprio Humboldt, “*o grande todo*” (Humboldt, 1952, *Prefácio*, p. 9, vol. 1)¹. Cosmografia significava, como o analisa Gomes, certo “*sistema mundo*” (Gomes, 2000, p. 153-162), ou a “*totalidade*” (Dickinson, 1969, p. 23). Ela se constituiria numa espécie de religação de grande apelo mediante a qual a razão encarava a natureza.

Embora recebendo treinamento inicial em geologia, os interesses de Humboldt foram se alargando para cobrir outros elementos da natureza – o estudo do clima, da topografia, da botânica – e suas atenções acabaram por se aplicar às conexões ou relações causais entre estes elementos. Humboldt evidenciou as relações causais entre os fatores – tais como entre o relevo, o clima e a vegetação – através dos perfis continentais que traçou, consagrando uma técnica que viria a ser essencial no treinamento dos geógrafos quando da institucionalização. O estilo de trabalho de Humboldt não era o de dedicar-se às especializações temáticas que conduziam às volumosas coleções de plantas, animais e rochas isoladas e abordadas classificatória e descritivamente, não obstante esta fosse a prática dominante.

1 Os volumes de *Cosmos* começam a ser publicados em 1845 e se estendem até 1862, três anos após a morte do autor. Em Paris, onde viveu realmente sua vida científica e cultural, foram publicados de 1805 a 1834 os 30 volumes que reúnem os materiais das suas viagens à América Latina (1799-1804).

Resultado desta sua reação às práticas classificatórias e descritivas é que o reconhecimento de Humboldt na ciência baseia-se não em uma contribuição especializada, mas sim pelo seu aporte para recuperar na forma conectada e planetária o enciclopedismo que caracterizava a Geografia de então. O fez na direção da ecologia, especialmente das montanhas tropicais, onde sua visão integrada ou ecológica deitou influências do ponto de vista metodológico e conceitual. Foi o caso da abordagem do controle termal, dividindo as montanhas em uma sucessão de quatro zonas (quente, moderada, fria e gélida), abordagem chamada por Troll de “*ciência humboldtiana de 200 anos*” (Troll, 1968, cit. por Sarmiento, 2002, p. 214). O uso das isolinhas – de temperatura – tornou-se marca deste estilo de ciência (Rupke, 1999, p. 336).

Humboldt: observar fatos análogos, compará-los e generalizar

Em Humboldt se revela a incansável busca positiva de identificar as leis naturais (as regularidades) que controlavam o mundo físico-biológico. O método ou o caminho para alcançar este objetivo final comportava, necessariamente, a atitude de reconhecer que a observação empírica local deveria sempre ser guiada – mediante as comparações entre os lugares – pelo plano da visão planetária comparativa dos fenômenos. Humboldt acreditava que a mente apresentaria uma tendência natural à generalização e, portanto, o método era apenas a organização sistemática desta inclinação do próprio espírito humano.

No prefácio que escreveu para o *Cosmos*, Alexandre Humboldt ali declarou que as suas viagens – realizadas por partes tão diferentes do globo e permitindo tão significativas comparações tais como entre os Andes e as estepes do norte da Ásia – haveriam necessariamente de lhe encorajar à generalização (1952, vol. 1, Prefácio, p. 10). Era inclusive a capacidade de generalizar exibida por Acosta, ao final do século 16, que havia feito Humboldt admirar tanto o seu trabalho (Humboldt, 1952, vol. 1, p. 48). Isto situava o pensamento de Humboldt na direção contrária aos céticos, aos “*relativistas intransigentes*”, para usar palavras de Chalmers (1994, p. 45) quando analisando tal tipo de conflito ou tensão no campo da história das ciências.

Aí está um dos fundamentos da Geografia moderna, a saber: evitar que a contemplação local do fato e arranjos de fatos conduzissem à busca do único (idiográfico), à busca da singularidade na superfície da Terra – singularidade que, não obstante, não se negava que realmente existia. Qual então seria o caminho metodológico proposto por Humboldt? Não o método corográfico, aquele que, segundo Kant, seria peculiar à Geografia e à história, e sim o procedimento geral adotado pelas ciências, o método comparativo.

Confrontar os fatos observados num determinado lugar com os fatos da mesma natureza ou análogos (comparáveis) que ocorrem em outros lugares do planeta; e então identificar, descobrir, extrair as lições gerais ou válidas universalmente para aquele tipo de fenômeno ou de relação natural. Humboldt, que conduzia em suas viagens cerca de cinquen-

ta diferentes instrumentos tais como telescópios, sextantes, quadrantes, cianômetro (para medir a intensidade do azul no céu), barômetros, etc, teve à sua disposição o que havia de melhor nestes equipamentos da observação científica da natureza existentes à época.

Comparou os *llanos*, os *pampas*, as *estepes* russas, as *pradarias* americanas, a *tundra* e concluiu por um tipo geral (*estepes*). O tipo – planícies cobertas de gramíneas e sem árvores – ocorria em diferentes partes do mundo, desde que estivessem presentes e se combinassem certas condições (Dickinson, 1969, p. 26). Isto representou um passo decisivo na organização metodológica e técnica dos trabalhos de campo. O espírito de generalização funcionalizou a prática observacional, estruturando-a. A função da presença no campo não era a de propiciar apenas práticas enumerativas e catalogatórias, puramente descritivas, embora estas fossem úteis. Seria preciso compreender estas etapas como produzindo materiais observacionais funcionais para as comparações e possíveis generalizações à escala planetária.

Em *A Origem das Espécies* (Charles Darwin), publicada no ano do falecimento de Humboldt e Ritter (1859), o método da observação, da comparação e da generalização naturalista consolida-se dentro dos estudos ambientais. A compreensão e a aplicação deste método, na opinião de De Martonne, representou a superação da barreira entre as descrições regionais e a Geografia Geral e, portanto, a fundação da Geografia moderna (Martone, 1953, p. 13, 18). O positivismo naturalista cultivado por Humboldt afastava-o do relativismo; era um po-

sitivismos naturalista tal como definido por Franz Boas ao fim do século 19: *“cada processo ou cada fenômeno que aparenta ser um conglomerado de irregularidades e incompreensibilidades para o observador... é por sua vez a ligação de uma longa cadeia”* (Boas, 1996).

No desafiante e mortalmente arriscando mundo das explorações dos séculos XIII e XIX, a simples visita a locais distantes do mundo europeu produzia um automático prestígio ou aura heróica ao viajante-cientista. DeLyser e Starrs entendem mesmo que a produção de reconhecimento profissional no ambiente científico por visitas a campo não se restringiu à Época das Explorações, estendendo-se também aos tempos atuais (DeLyser & Starrs, 2001, p. vii). No tempo das explorações, cientistas colhiam vantagens da visão ingênua de consumidores culturais nos círculos e sítios culturais europeus, como os clubes e associações científicas e de viagens que ajuntavam curiosos em suas concorridas reuniões para socializar: então, a própria aventura da viagem de campo produzia a autoridade científica (Livingstone, 2003, p. 42) e a fama.

Excelente expressão literária desta situação, com indivíduos em disputa por prestígio científico nos *cores* imperiais – no caso Londres – é o trabalho de Arthur Conan Doyle, *o Mundo Perdido* (Barros, 2000). Na novela, um cientista armado de uma tese evolucionista e de convicções inabaláveis, um nobre rico em busca do encanto das aventuras, e um jovem jornalista à cata de um furo de reportagem que lhe desse um lugar ao sol na emergente e prestigiosa imprensa do Império Britânico, juntam-se para encontrar o elo perdido nos confins

do Império, no Monte Roraima, na fronteira Brasil, Guiana Britânica, Venezuela.

Sobram registros das intensas polêmicas que opunham, por um lado os naturalistas que defendiam a relevância dos trabalhos de campo, e por outro aqueles que consideravam tais viagens, por dispendiosas, perfeitamente dispensáveis e substituíveis. Substituíveis pelos bem mais eficientes e controlados trabalhos realizados nos gabinetes e nos laboratórios, diziam os últimos. Os primeiros chamavam corrosivamente a estes de naturalistas de cadeira de balanço; e os pesquisadores sedentários devolviam a ironia acusando seus detratores de, propositadamente, fazerem vista grossa à diferença que existe entre a ciência e as viagens de diversão.

Segundo Outram (1999, p. 285), o Iluminismo teve a propriedade de criar ou disseminar uma espécie de categoria da experiência espacial associada às explorações científicas: esta dos trabalhos de campo em locais longínquos. Humboldt mantinha seu estilo de vida de rico pesquisador independente e, as extensas viagens que pode proceder para realizar suas observações naturalistas do planeta – que lhe conferiram incontrastável prestígio (Rupke, 1999, p. 335) – acabaram, compreensivelmente, por despertar as críticas do naturalista (anatomista) sedentário francês George Cuvier (Livingstone, 2003, p. 40, 41).

O estado da arte e os trabalhos de campo

O trabalho de observação e coleta no campo deveria ter como fonte a primeira ideia, fixada a partir do estado da arte naque-

la ciência em ação (Capel, 1981, p. 7)². A clareza que Humboldt demonstrou na compreensão dos procedimentos metodológicos a serem seguidos – conhecimento do estado da arte na temática e das características relevantes no local a ser visitado, definição das idéias que haviam de guiar a observação, a comparação e a generalização – é pioneira na história da Geografia e grande contribuição a esta disciplina na sua definição moderna.

Não foram poucas as contribuições de Humboldt à metodologia dos estudos de área na perspectiva dos tipos universalmente comparáveis, ou, como se chamariam mais tarde, regiões tipo, à diferença das regiões idiográficas ou geográficas clássicas. O seu método das conexões dos fatores ou geofatores – “*associação areal dos fenômenos naturais e orgânicos*” (Dickinson, 1969, p. 24) – proporcionou uma orientação segura para os estudos regionais que se seguiram, dando lastro à Geografia de visão ecológica e regional.

Humboldt, embora em essência fosse mais propriamente um naturalista, possuía uma imaginação geográfica no sentido clássico do termo. A estepe, tipo geral, foi por ele observada não apenas no seu aspecto físico-biológico, embora como naturalista este fosse o seu principal foco de interesses. É que para Humboldt a paisagem era um todo, um *uno* que podia

2 Ao final da vida, Humboldt explicita este primado metodológico: “*estas viagens por locais distantes, que durante muito tempo serviram para produzir material para contos de aventuras, só podem se tornar instrutivas quando o viajante conhece o estado da ciência cujo domínio pretenda expandir, e na medida em que suas idéias guiem as investigações e o iniciem no domínio da natureza* (Cosmos, vol. I, p. 32, Madrid, Imprenta de Gaspar Roig, 1874, transcrito por Capel, 1981, p. 35.).

ser objeto de uma “*visão impressiva total*” (Dickinson, 1969, p. 24-5), preservando-se assim dentro da Geografia o hábito da visualização (tradição ocular)³, hábito este especialmente celebrado na Geografia Regional e realista (Barros, 2006a).

A historiografia, entretanto, não é unânime em elogios a Humboldt quando se trata da sua contribuição ao campo regional. P. Claval, por exemplo, é crítico acerca dos estudos de área que Humboldt realizou no México, vez que não divergiam do padrão descritivo dos escritos corográficos dos seus contemporâneos (Capel, 1981, p. 26). A realidade é que existe uma questão ou imensa controvérsia na avaliação dos estudos de Humboldt sobre o México, falando-se até numa espécie de holismo na análise comercial (Rupke, 1999, 336), embora não se saiba precisamente o que este termo representa.

O romanticismo e o idealismo na obra de Humboldt, as supostas alegações de ter o seu pensamento filiação hegeliana⁴

3 Isto expressa a refinada educação estética de Humboldt e a assimilação e transposição que procedeu da herança da escola renascentista da paisagem – especialmente as pinturas italiana e flamenga pelo realismo topográfico e documental que ostentam (Humboldt, 1952, vol.2, p. 445-6) – para os objetivos científicos observacionais. Humboldt foi de fato uma figura exponencial do Romantismo na Alemanha (Bianquis, s/d). Na verdade, como o apontou Capel, a divisão radical entre a formação nas ciências por um lado, e formação nas humanidades do outro, “*é relativamente recente, e procede ...do século 19*” (2006, p. 9-10). Sobre a associação do pensamento analítico e sintético na representação da paisagem na Geografia nos séculos 19 e começos do 20, ver o capítulo IV (A fisionomia da paisagem de Alexander von Humboldt a Paul Vidal de La Blache), p. 61-74, da obra de Besse (2006).

4 Para Tatham, a visão de causalidade e unidade em Humboldt é mais estética (*aisthesis*, sensação) – e menos teológica e orgânica – e mais próxima da de Goethe que de Hegel. Humboldt não simpatizava com o sistema de Hegel. No final da sua vida, Humboldt foi acusado de ser ateu e humanista (Tatham, 1967, pp. 56-7). D. Livingstone entende que as inclinações idealistas de Humboldt eram agnósticas e estéticas, e não teológicas (Livingstone, 1992, p. 139).

e a grandiosidade da sua síntese – síntese que aparecerá posteriormente como uma solução para o lugar da Geografia ante as especializações das outras ciências que iam abandonando o seu guarda-chuva enciclopédico – não devem obscurecer a forte orientação de Humboldt para a observação dos fatos e a generalização.

Espalhando-se pelos ambientes cultos da Europa, a metodologia positiva – para cujo sucesso Humboldt contribuiu de forma destacada – foi a grande inspiração orientadora do trabalho de Kropotkine, geógrafo físico russo. P. Kropotkine deixou registrado nas suas *Memórias*, de forma muito pessoal e tocante, todo o seu encantamento pelo método (positivo) que procurou seguir nos seus estudos de Geografia, no tempo em que se dedicava à investigação da orografia dos Urais, na Rússia dos Tzares à qual serviu na segunda metade do século 19 (Kropotkine, 1975, pp. 159/160).

Carl Ritter: contribuição corográfica

Carl Ritter (1779-1859) publica o seu primeiro trabalho – *Europa: um Quadro Geográfico, Histórico e Estatístico* – no ano de 1804, aos 25 anos de idade. Aí ele enfrenta dilemas típicos da prática corográfica, da regionalização: qual a melhor forma para identificar as diferenciações de área, no caso do continente europeu? Ele então se perguntava: seriam os melhores marcos diferenciadores de área (regionais) na Europa os decorrentes dos fatores naturais, ou seriam os marcos decorrentes dos fatores político-administrativos? (Capel, 1981, p. 42; Tatham, 1967, p. 49). São reflexões como estas que

posicionaram Ritter como um dos precursores da Geografia com preocupações diferenciadoras e classificatórias regionais. Embora tenha firmado seu nome no campo regional, Ritter também – posteriormente – muito doutrinou no sentido de propagar o método das comparações, e ele mesmo tentou elaborar as suas generalizações ousadas. Isto se encontra na sua obra *Introdução à Geografia Geral Comparada*.

Aos 27 anos Ritter publica seis mapas da Europa e, nos anos seguintes, oferece ao público alguns estudos metodológicos na temática antes indicada, a regional. Empreende então viagens à Holanda, à Suíça e à Itália (Nicolas-Obadia, 1974, p. 252), mas não além da Europa. Havia lançado o primeiro volume da sua *Erdkunde*, sobre a África, logo seguido pelo volume dois, sobre a Ásia, locais onde nunca esteve.

Humboldt descrevia uma trajetória cosmopolita, aspirando dos emergentes sítios culturais europeus e das suas viagens planetárias informações de primeira mão. Em contraste, os horizontes de Carl Ritter foram sempre circunscritos pelas suas obrigações de tutor doméstico de crianças e jovens, e depois de professor regular de matemática e Geografia no ensino médio e, por fim, na universidade. A Geografia de Ritter é visivelmente doutrinária, didática e de divulgação histórico-geográfica. Ambos mantiveram longa amizade e admiração mútua.

C. Ritter: a expressão numérica do destino histórico dos continentes

Carl Ritter propôs, em estilo místico e doutrinário, uma espécie de quantificação aplicável à análise espacial do todo

geográfico. Esta parte ou dimensão da sua obra se filiaria à linhagem de trabalhos geográficos que Pattison (1964) denominou de geométricos ou espaciais na história do pensamento geográfico. Usando outras palavras, trabalhos com certo impulso para a *physis*. No caso desta mencionada contribuição de Ritter, era uma *physis* das formações sociais e suas possibilidades culturais em função da forma geométrica das suas respectivas bases físicas ou territórios (continentes). A noção de estrutura espacial desenvolvida por Ritter, a partir da observação das massas continentais, para Nicolas-Obadia (1974, p. 14), oferece um exemplo pioneiro de uso da abordagem espacial na História da Geografia moderna.

Mas convencer-se deste pioneirismo não é algo pacífico. Como o observa Claval, à época de Ritter registra-se uma outra iniciativa de análise espacial bem mais sintonizada com as contribuições da Geografia espacial analítica (generalizadora) que viria a se desenvolver nos meados do século 20. Foi o caso da iniciativa de Von Thünen que, mesmo não se declarando geógrafo, ofereceu um modelo de ordenamento e lógica da dinâmica espacial dos fatos agrários (uso da terra) com elevada sofisticação matemática e geométrica (Claval, 1981, p. 72); e sem a teleologia numérica e geométrica da proposta de Ritter, ainda que contemporaneamente a este.

Há que lembrar ainda a teoria de Malthus, uma formulação matemática das relações entre as Populações e a Terra (agrícola) na perspectiva fisiocrata. A contribuição de Von Thünen pode ser integrada sem problemas ao empirismo observacional e ao rol dos modelos espaciais que fizeram sucesso acadêmico a partir dos anos de 1950, à semelhança da contri-

buição malthusiana que nunca deixou de ecoar na modernidade apesar das suas revisões (neomalthusanismos), ao contrário da contribuição de Ritter que será apresentada a seguir.

Os esforços de análise espacial de Carl Ritter podem ser apreciados na sua *Introdução à Geografia Geral Comparada*. Este trabalho é uma reunião de escritos e discursos em sítios culturais (sociedades científicas) emergentes, realizados entre 1818 – dois anos antes de se tornar professor na Universidade de Berlim – e 1850. O objetivo do trabalho, segundo o próprio Ritter, era estimular a “*evolução do pensamento geográfico*” (Ritter, 1974, *Prefácio*, p. 37). É significativo atentar que o termo *evolução* veio a se tornar comum e a se constituir em ortodoxia ou molde mental geral dos discursos oferecidos pelos manuais da História da Geografia ao longo de quase todo o século 20.

Quando publicou *Introdução à Geografia Geral Comparada*, Carl Ritter havia se retirado da vida pública em razão da sua insatisfação com o que considerava os detestáveis rumos revolucionários que incendiavam a Europa naquele momento. Os textos da *Introdução* mostram que Ritter conduziu, durante sua vida profissional, um projeto cultural essencialmente doutrinário e educacional para Geografia, e neste aspecto seu ponto essencial era que a disciplina se configurasse como um ramo do saber preocupado com as relações espaciais entre os componentes do todo⁵.

5 Texto contido na *Introdução à Geografia Geral Comparada*, páginas 221-241, que merece particular atenção pela forma concisa como Carl Ritter comunica sua proposta doutrinária para a Geografia, é: *A configuração dos continentes sobre a superfície do globo e as suas funções na história*. Foi traduzido para o francês por Elisée Réclus e publicado no ano 1859.

Carl Ritter empenhou-se em produzir uma espécie de Geografia sistemática e das relações necessárias entre as partes, expressando assim a coesão do todo e das partes. Mas, nesta iniciativa, não se utilizou apenas da linguagem das palavras; lançou mão da linguagem da geometria e dos números (Gomes, 2000, p. 167). Os longos anos de trabalho como professor de matemática e estatística na academia militar podem ter influenciado Carl Ritter na sua aspiração de edificar uma ideologia da superioridade européia, ideologia passível de legitimação científica por uma, digamos, incontestável base geográfico-matemática.

Segundo ele, a Geografia vinha se utilizando de uma matemática muito simples e rudimentar quando estudava o espaço. Exemplo disto era o cálculo das áreas dos continentes através das unidades convencionais de medida de superfície. Propunha ele, então, que a disciplina deveria ir além destes valores concretos, e devia dar um passo adiante na procura de números que resultassem das relações numéricas ou matemáticas entre os valores dos dados da realidade. Tal procedimento levaria à identificação de valores abstratos, números que indicariam as chances das relações ou interações entre as diversas massas continentais, relações quantificáveis com base nas articulações ou pontos de contacto intercontinentais. Assim, as massas continentais eram pontuadas em uma escala numérica de valores abstratos que as comparava entre si segundo seus atributos relacionais.

As representações cartográficas convencionais das massas continentais deveriam ser substituídas pelo artifício da

equalização das figuras reais aos seus equivalentes em figuras geométricas ou ideais (retângulos, triângulos, etc). A posição de cada continente em relação às articulações intercontinentais e a forma deles – tal como de um membro no âmbito do corpo humano, dizia ele – eram condições que determinavam, para cada continente, a função eterna que cada um deles teria no organismo planetário, ou o destino histórico de cada qual.

A forma e a posição do continente era uma espécie de chave geográfica para desvendar o suposto fio da história, que tinha paralelos nas chaves morais, econômicas, políticas, raciais, tecnológicas, etc. Ritter produz um determinismo geométrico-matemático, de *bias* eurocêntrico, das possibilidades históricas das populações mundiais com base na forma geográfica e na posição relativa do continente onde habitam. A ideia geral, do fatalismo positivo ou negativo locacional presente no pensamento geográfico greco-romano – e Ritter dedicava muita admiração pela experiência do Império Romano –, é reatualizada por ele com uma retórica prestigiosa à época, a retórica científica-positiva-matemática.

Para ele, a Europa apresentaria a configuração que reunia “*o mais perfeito equilíbrio e a melhor repartição das formas, fluídos e sólidos à superfície da Terra*” (Ritter, 1974, p. 115). A África, pelo contrário, possuía a determinar-lhe o destino exatamente o oposto: as piores condições geograficamente imagináveis (Ritter, 1974, p. 114). Importante observar que o modelo de Ritter repousa na ideia das possibilidades ou chances de interação: quanto maiores estas chances, mais positivo o futuro continental. O difusionismo de Ratzel se apoia tam-

bém nas chances de interação ou contato que as populações possuíam para daí imaginar-lhes as perspectivas ou horizontes de mudança cultural.

Isolamento, difusão e diferenciação regional: a Geografia Cultural de F. Ratzel

Ratzel: formação e experiências profissionais

Foi na área de zoologia que Frederico Ratzel (1844-1904) teve o seu treinamento universitário, justo na época em que os ambientes de estudo na biologia se encontravam sob a influência expansiva da obra de Charles Darwin. Encerrada a guerra franco-prussiana (1870-1871) na qual havia participado e sido ferido, Ratzel retomou seus interesses universitários e, então, dirigiu-se para estudar na Universidade de Munique. É quando se aproxima do tema zoológico das migrações das espécies e suas adaptações aos meios.

Passa a exercer atividades jornalísticas de modo profissional e, aos 29 anos, sendo já um jornalista ambiental reconhecido e tendo viajado extensivamente pela Europa, Ratzel inicia a sua memorável viagem aos Estados Unidos da

América e ao México (1873/5) com o suporte financeiro do jornal para o qual trabalhava. Para esta grande viagem, a direção do periódico o deixou livre quanto ao que escrever, e assim deixado livre, o que lhe chamou fortemente atenção foi a presença chinesa na costa oeste da nação do norte do continente americano.

Precisamente este interesse o conduziu a escrever e publicar, em 1876, um trabalho sobre o tema, tornado sua tese de doutoramento ou habilitação ao ensino superior (Sauer, 1971, p. 250). Mas Ratzel voltou também a sua atenção para a presença das populações negras nas plantações de açúcar e algodão no sul dos Estados Unidos, assim como se interessou pela influência exercida pelos imigrantes germânicos na região do Meio Oeste. Então, as migrações dos povos com suas culturas, as reações e adaptações que tiveram nos novos meios, foram fatos que ocuparam papel central nas reflexões de Ratzel, isto tanto nos momentos anteriores à sua ascensão à cátedra universitária de Geografia (Munique: 1875-1886; Leipzig: 1886-1904)¹, quanto posteriormente.

Geografia, biologia e antropologia: a ecologia cultural do homem

O evolucionismo (progresso) representa uma narrativa do tipo grandioso que costurou o dilúvio ou abundância dos re-

1 Ratzel foi uma daquelas figuras encontradas nas diversas ciências e universidades que fixaram o estilo do *scholar* acadêmico alemão do final do século 19, estilo que se propagará como modelo de PhD ou Doutorado por outros países (Cowen, 1997). Acerca das características deste ambiente acadêmico ver: Ringer, 1990; Barros, 2019b.

gistros dos fatos naturais e culturais que a expansão europeia pelo mundo produziu (Bury, 1932). Porém, não obstante esteja esta prestigiosa narrativa moderna intrinsecamente associada à edificação dos temas, práticas e produtos da Geografia que se consolidaram a partir do fim do século 19, o específico episódio da fixação do modelo regional cultural e ecológico na disciplina – que se ancora naquela narrativa – não é ele um evento explorado suficientemente pela historiografia da Geografia.

Sugere-se aqui que uma das razões para este problema – sem prejuízo das outras razões que sem dúvida existem – seja que as íntimas interações ou fertilizações existentes entre a antropologia, a biologia e a Geografia acontecidas no mundo germânico ao fim do século 19, circunstâncias das quais emergiu o modelo referido para a Geografia associado ao nome de Ratzel, não sejam hoje – em função dos caminhos interdisciplinares principais tomados posteriormente pela Geografia a partir dos meados do século 20 – interações de fácil entendimento.

Determinada área ou região, poder-se-ia perguntar, seria ela uma modalidade – ou espécie – de fragmento da superfície da Terra diferenciada de outra(s) por processos de regionalização (ou diferenciação espacial) comandados pela cultura em difusão pelo espaço? Ou, opostamente, a diferenciação das espécies de região ou tipos de área seria controlada pelo sistema biofísico? O que controlava a regionalização (diferenciação espacial)? Ratzel e outros, naturalmente, oscilam entre as explicações.

A proposta espacial-difusionista de Frederico Ratzel parece ter sido particularmente influenciada pelo seu *encounter*

com a América. Este continente era um além-mar muito especial em função das condições do verdadeiro turbilhão que se desencadeava no seu espaço geográfico; turbilhão derivado da colonização em massa, da imigração volumosa, da urbanização e industrialização aceleradas e do estrondoso progresso, e, sobretudo, por evidenciar a imensa capacidade de adaptação humana aos novos meios geográficos (Ratzel, 1988). E que evidências, cabe perguntar, poderiam ser mais interessantes às nações europeias encurraladas que estavam pelas tensões políticas e sociais decorrentes dos excedentes populacionais da transição demográfica?

Daí emerge sua reflexão geral sobre o que poderia acontecer em termos de diferenciação (especiação) – isto é, da formação de uma nova cultura, de uma nova região cultural, de um novo povo – num meio para onde convergiam massas de imigrantes de diferentes origens culturais. As inúmeras cidades que nasciam e cresciam, a industrialização que avançava, a agricultura moderna que prosperava, os meios de transporte e comunicação que se espalhavam por todos os lugares e os ligava – mecanismos de adaptação –, tudo isto estaria criando uma nova zona ou região cultural num mundo humano que antes era primitivo. Uma diferenciação tornada possível pelas migrações e pelas difusões culturais que as acompanhavam.

O apoio interdisciplinar e a vitalização da Geografia

Se a Geografia havia experimentado certa decadência de prestígio após a morte de Ritter e Humboldt (1859), nos ramos sistemáticos da ciência a situação era inversa, a exemplo da

geologia, da biologia, da antropologia, etc, que se desenvolviam rapidamente (Kretschner, 1930, p. 188). Na zoologia espalhavam-se com sucesso as ideias da evolução e da ecologia. Estas idéias serão trazidas para a Geografia por Ratzel e por ele associadas à investigação antropológica dos padrões e mudanças culturais.

As discussões sobre a temática da evolução na antropologia e na biologia haviam se tornado muito importantes depois da publicação, em 1859, da *Origem das Espécies*, por Darwin (1962); a ecologia dava seus primeiros passos com Haeckel, e os etnógrafos lançavam-se pelo mundo na busca dos materiais para tipologizar, evolucionariamente, os grupos raciais e culturais. Este era precisamente o ambiente cultural e científico no qual se realizou a institucionalização da Geografia, institucionalização da qual Ratzel foi um dos líderes. Serão estas influências interdisciplinares, na opinião de Stoddart (1966), Claval(1974), Sauer (1971, p. 245)² e tantos outros, decisivas na definição do pensamento geográfico de Frederico Ratzel, quer dizer, na definição da sua Geografia Cultural ou Antropogeografia.

Vindo da zoologia, Ratzel oferece uma estruturação à Geografia a partir da combinação dos conceitos e métodos da zoologia e da antropologia, recuperando a antiga tradição holística da disciplina, tarefa na qual a sua habilidade de comunicação jornalística certamente o ajudou. A proposta ratzeliana é essencialmente historicista, no sentido de que é uma

2 Nas palavras de C. Sauer, Frederico Ratzel chega à “*geografia vindo das ciências naturais, orientado e com o novo ânimo conferido pela doutrina da evolução*” (Sauer, 1971, p. 245).

exploração das razões das mudanças nos padrões culturais do espaço geográfico ao longo do tempo. Uma teoria do progresso, ou da história assim vista como progressão adaptativa, de inspiração geográfica.

No difusionismo de Ratzel escutam-se com clareza os ecos das idéias de progresso encontradas em Carl Ritter, especialmente aquelas contidas na proposta geográfico-matemática das possibilidades ou chances históricas dos povos. Segundo Ritter – tal como apresentado no Capítulo 4 –, a massa continental com mais pontos de interação espacial ocuparia a posição mais elevada na escala dos destinos dos povos; ou seja, interação, isto é, chances de difusão, seria a chave do destino, o fio da história da mudança cultural no espaço. Ratzel e Ritter compartilham a crença difusionista.

O debate histórico-naturalista em torno das variações das espécies, da especiação, da região e a ideia do progresso na Antropogeografia

A antropogeografia é uma antropologia instrumentalizada por informações do espaço geográfico e Ratzel a construiu a partir do cenário do debate histórico-naturalista em torno do fenômeno da especiação ou diferenciação das espécies. A busca que criava e energizava as discussões – e que foi empreendida por Darwin para as espécies – era a de identificar qual o motor responsável pelas diferenciações ou especiações.

Sendo assim, não surpreende que Ratzel também tenha procurado os mecanismos de diferenciação para as regiões cul-

turais, construindo deste modo sua proposta. O fato é que, à época, a influência da abordagem evolucionista darwiniana – e também a influência da ecologia de Haeckel (1834-1919)³ – nos estudos biológicos e, mais, na reflexão ampla acerca da cultura humana, eram incomensuráveis (Stoddart, 1966; Claval, 1974, p. 36-7; Livingstone, 1992, p. 197) nos ambientes cultos.

Ratzel inspira-se neste contexto de ideias (biologia evolucionista/ecologia) para propor a investigação das influências do meio (espaço geográfico) sobre as experiências de evolução cultural e histórica dos povos, e projetivamente sobre as possibilidades culturais humanas e suas diferenciações no espaço. Esta proposta significou uma interpretação secular das circunstâncias do progresso, interpretação que superava a visão teológica – tão cara a Carl Ritter – da Terra perfeita para o homem, ou da Terra na perspectiva da providência. A providência foi substituída, como o afirma Gomes, “*por uma causalidade oriunda da própria natureza*” (Gomes, 2000, p. 77).

No campo cultural, as interpretações seculares – o Humanismo, que em palavras simples pode ser entendido como a crença de que a Humanidade só pode se salvar por si própria e pelas suas circunstâncias – formaram a base das crenças políticas e de planejamento do século 20, ou espécies de religiões como argumentam alguns, todas baseadas na ideia de progresso (Bury, 1932). Pontes, canais de drenagem, telégrafos, etc, eram mecanismos de adaptação aos meios geo-

3 Ernest Heinrich Haeckel – considerado o fundador da ecologia e tendo sido professor de Ratzel – era o zoólogo e ecologista de destaque na Universidade de Jena; foi grande divulgador do pensamento de Darwin (Livingstone, 1992, p. 197). Haeckel exerceu forte influência no pensamento de Paul Vidal de La Blache (1954).

gráficos que poderiam trazer mudanças e prosperidade. Esta idéia-ferramenta confere estrutura a proposta de Ratzel. Mas, não obstante, Ratzel manteve suas reservas críticas acerca da mudança cultural, como, por exemplo, em relação às demandas que lhe eram contemporâneas em torno do voto igualitário para homens e mulheres (Sauer, 1971, p. 252).

A ideia de progresso impregnava as mentes, como um novo fundamentalismo. A proposição da sociedade evoluindo via três etapas – a teológica, a metafísica, e por fim, a positiva ou científica-, advogada por Auguste Comte, é parte integrante deste ambiente cultural (Lencioni, 2003, p.80-81; Bezzi, 2004, p. 34-39), assim como o é a teoria do ciclo, de Karl Marx, em que a sociedade partiria do comunismo primitivo, cumpriria etapas ou estágios e, de certa forma, retornaria à origem via um sistema político científico. No século XX, toda a Guerra Fria foi envolvida na mística do progresso, fosse econômico, social, político, cultural, ou até tudo ao mesmo tempo.

O papel de Moritz Wagner na criação científica de Ratzel foi além da influência de lhe ter propiciado o primeiro emprego na carreira docente, no ano de 1875. É que M. Wagner estava envolvido intensamente, e de maneira muito polêmica, nas discussões relativas aos mecanismos da especiação, isto é, aqueles mecanismos hipotetizados mediante os quais se operaria a diferenciação das espécies. Ele acreditava que ele próprio dava mais importância ao mecanismo chamado isolamento – isto é, após uma espécie migrar para um novo habitat – como mecanismo de especiação que Charles Darwin, apesar deste ter-lhe afirmado expressamente o contrário em carta (Sulloway, 1979, p. 56).

O conhecimento destas discussões, que Ratzel como zoologista de formação e por ser pessoa muito próxima a Wagner estava perfeitamente a par, levaram-no a amplificar e transpor o conceito da migração zoológica para “*o de difusão e diferenciação de culturas e de traços culturais*” (Sauer, 1971, p. 246), efetivamente sua contribuição para erigir a Geografia como campo disciplinar da interpretação da diferenciação dos padrões e da dinâmica cultural das áreas ou regiões ou paisagens. A Geografia Humana ou Cultural Clássica ou Antropogeografia.

O que, para Frederico Ratzel, diferenciava uma área ou região cultural?

Através da pesquisa etnográfica se estabelecia a posição de cada grupo social vivo ou extinto na classificação evolutiva geral da espécie humana, e no ápice desta estaria a civilização europeia urbana-industrial. O passado, no espaço geográfico, estava fora dos *cores* urbano-industriais e, tais periferias assim posicionadas temporalmente podiam progredir pelo espalhamento da civilização.

A primeira pergunta antropogeográfica era a que se segue: de que maneira os artefatos e costumes culturais – os artefatos de trabalho, as armas da guerra e da caça, as habitações, os utensílios em geral e os materiais empregados na sua confecção, os padrões alimentares, as crenças, os comportamentos migratórios, políticos, os sonhos, etc – expressavam os meios geográficos de onde haviam sido coletados ou observados?

A segunda pergunta antropogeográfica seria: de que maneira os artefatos também expressavam, por outro lado, as chances dos contactos interculturais tidos por estes povos nas suas experiências históricas. Teriam certos povos, estado eles, dentro dos limites do alcance difusional do *core* de determinada zona ou região cultural? O interesse antropológico se espalhava pelos estudos geográficos na Alemanha, e vice-versa – como se nota no trabalho do antropólogo Kock-Grunberg (1966) sobre a área Roraima/Orinoco –, e Ratzel se destacou ao propor uma via geográfica ou terrestre ou territorial para as interpretações das diferenças na evolução e nos padrões (tipos) culturais dos povos. Sua contribuição – o mecanismo das diferenciações ou variabilidades das regiões culturais – é uma das mais importantes colunas teóricas da Geografia. Na própria projeção em território americano da influência germânica, Speth (1999, p. 127) indica a proximidade da Antropologia de F. Boas (1858-1942) com a Geografia de C. Sauer, e no artigo *The study of Geography* (1996) Boas expressa sua maneira de ver a questão.

As diferenciações culturais no espaço geográfico, para Ratzel, não seriam propriamente produzidas pela ação do determinismo rude das condições geográficas biofísicas do lugar sobre a cultura. Para ele, o princípio da difusão possuía ascendência explicativa sobre o princípio das invenções paralelas da inovação e mudança cultural (Sauer, 1952, p. 21). Isto é, meios geográficos iguais não produziriam necessariamente os mesmos padrões culturais.

Ratzel, como outros dos seus contemporâneos, acreditava que a capacidade de invenção humana era realmente muito

limitada, e que por isto a evolução ou progresso dos grupos sociais advinha das difusões a partir de uns poucos centros culturais difusores (Morán, 1990, p. 50, 51). O meio biofísico exercia, sim, influência, mas apenas na medida em que os seus elementos (rios, oceanos, montanhas, florestas, etc) favoreciam ou dificultavam as possibilidades dos contactos difusores dos traços culturais entre as populações distribuídas no espaço geográfico. A crítica da antropogeografia de Ratzel à ideia das invenções paralelas em sítios diferentes como mecanismo das mudanças representou, certamente, uma corrosão à ideia simples da evolução por sucessão dos estágios de cultura (Sauer, 1952, p. 20).

As propostas internalistas de interpretação do progresso e da diferenciação cultural divergiam da proposta de Ratzel. É o caso de Gobineau, nos meados do século 19, considerando a raça – agente biológico interno – o determinante das diferenciações culturais, de maneira que não obstante em um meio ambiente muito favorável, a determinação interna (racial) prevaleceria nas possibilidades evolutivas culturais de um grupo populacional. Para ele, a maioria das raças não ascenderia ao estágio da civilização.

H. S. Chamberlain, no final do século 19, definia o estoque racial teutônico como o proeminente, e Lapouge então propunha uma escala racial das populações europeias: no ápice, com o seu empreendedorismo e individualismo, estava o nórdico protestante dolicocefalo; em seguida viria o tipo intermediário (o católico alpino de crânio arredondado, obediente ao governo e pouco empreendedor), que mesmo assim era ainda superior ao tipo baixo e de pele escura característico do

ambiente mediterrâneo (Dickinson, 1969, pp. 62-3). Na sua *Antropogeografia*, Ratzel critica duramente a teoria do gene de Gobineau que tentava explicar a decadência de povos localizados na plena fartura provida por excelente meio natural (Ratzel: *coletânea...*p. 45). Para Ratzel, o foco das explicações das variações nos padrões culturais era o espaço, a terra, o meio, o teatro da história, e particularmente os empréstimos de características culturais mediante as difusões/migrações neste espaço, não o interior biológico do homem (gene).

Migração, difusão, adaptação e progresso

As civilizações mais desenvolvidas poderiam muito bem se propagar, espalhar-se pelo mundo, na visão do difusionismo de Ratzel. Então, a sua teoria de progresso possuía caráter inclusivo, como as religiões de império. A teoria difusionista fornecia uma base racional de natureza otimista à enorme emigração da Europa para a América, emigração em grande parte decorrência da transição demográfica que se operava no continente europeu.

As circunstâncias mais importantes para a fixação do caráter dos povos e das suas possibilidades culturais evolutivas – e isto era uma questão essencialmente eurocêntrica, isto é, projetada sobre o mundo a partir do sítio cultural europeu – eram o meio geográfico e a adaptabilidade a este meio demonstrada pelo estoque da população. Estas experiências adaptativas poderiam ser adquiridas e transmitidas (aprendidas) no curso da evolução histórica, e não estariam elas de forma alguma genética ou racialmente determinadas, como

argumentava Gobineau, ou definidas para sempre pelas puras condições do meio como pensavam os deterministas rudes. Então, o imigrante europeu carregaria para a América as técnicas que o adaptariam ao novo meio, e os nativos da América poderiam, por sua vez, assimilar estas técnicas.

Partindo das ideias de diferenciação na biologia, Ratzel posicionou a Geografia no campo das discussões sobre a dinâmica dos padrões culturais das sociedades no contexto da expansão demográfica, econômica e política européia pelo mundo. A Geografia trabalharia suas interpretações a partir dos fatores externos desta dinâmica (*Antropogeografia*, in *Ratzel: coletânea...* p. 42, 54 e outras; Livingstone, 1992, pp. 196-202) para entender as variações culturais e demográficas (regiões culturais como tipos de especiações), e esta proposta significava uma via alternativa às explicações raciais/genéticas, e também ao determinismo físico das condições *in situ*.

Os novos meios para onde estavam indo ou poderiam ir massas e massas de imigrantes advindas de diferentes origens, os mecanismos de adaptabilidade dos novos habitantes a estes desconhecidos ambientes rurais, as chances de melhorias e progresso, a urbanização – esta vista como o pico da civilização –, estes temas ocuparam posição central nas reflexões geográficas de Ratzel e encontram-se registrados no que escreveu da sua viagem aos Estados Unidos da América (Ratzel, 1988)⁴. Impressionou-o a facilidade com que cada

4 Décadas depois, L. Waibel (1979), P. Gouru (1961) e outros, ecoarão semelhantes preocupações ou agendas eurocêntricas em relação ao Novo Continente. Ratzel reconhecia os contraditórios aspectos da vida urbana no começo do último quartel do século 19. Notou que, ao lado de praças e avenidas graciosas com suas linhas de

inovação técnica na agricultura americana chegava – isto é, difundia-se – até a mais distante e aparentemente isolada das propriedades rurais.

Embora partisse duma concepção de meio funcionalmente semelhante à de Malthus, Ratzel pode incorporar à sua análise os fatos da estrondosa dinâmica das ferramentas adaptativas das populações aos ambientes que teve lugar ao longo do século XIX, especialmente na segunda metade deste, como as novas técnicas agrícolas, de transporte, de produção industrial, de comunicações, as descobertas no campo da medicina, etc. Tais fatos foram tão importantes que o próprio Malthus irá considerá-los nas várias revisões que fará do seu estudo sobre a população, particularmente os fatos da colonização nos Estados Unidos.

As ideias da difusão geográfica exercerão grande influência na chamada Geografia teórica, ou da análise espacial, a partir dos anos de 1950, com o sistemático estudo das centralidades nas chamadas paisagens avançadas ou nas paisagens em desenvolvimento. Um dos grandes temas deste período foi o da difusão das inovações. Esta abordagem, sem dúvida, forneceu eficientes ferramentas para o planejamento territorial e econômico voltado às tarefas da modernização e da mudança cultural no Espaço Geográfico no ambiente da Guerra Fria. Inovação continua a ser uma ideia enfaticamente cultuada nos ambientes de produção, negócios, burocracia, ciência, tecnologia e consumo.

árvores e flores e magníficas residências, existiam secções da cidade de Nova York bem adequadas a se “criar porcos” (Ratzel, 1988, p. 19).

A Geografia Geral e o movimento teórico na segunda metade do século 20

A proposta teórica na Geografia Humana ou Cultural

Os meados do século 20 foram para a Geografia tempos de atitudes clamando por renovação. Compreensivelmente, naqueles ambientes já institucionalizados pelo regime da primeira fase moderna da disciplina, ou seja, pelos moldes da Antropogeografia – Geografia Cultural ou Geografia Humana Clássica –, as posturas críticas não tardaram a receber fortes reações. É que a renovação era a propagação, pelo velho ramo do saber, de convicções metodológicas de natureza geral denominadas lógico-positivistas ou neopositivistas.

À concepção ecológica abrangente e energizada pela ideia do progresso, à compreensão da Geografia como ciência de síntese ou ciência-mãe, ao estudo regional monográfico de síntese entendido como peça modelo do trabalho geográfico

concreto, tudo construído e fixado em ortodoxia metodológica por décadas da institucionalização, o movimento teórico vai opor a visão analítico-abstrata tópica, econômica, uma ortodoxia competitiva.

Ecoss do Círculo de Viena, com suas meticolosas discussões sobre o processo de produzir as verdades em ciência, passaram a rondar a Geografia. Mas o fato é que, com estas novidades, apenas reatualiza-se na disciplina, agora em novos ambientes, a velha dualidade *physis* e *chora*. Evidências disto foram expostas já neste trabalho e o próprio artigo de F.K. Schaefer em defesa das novidades, publicado em 1953, reconhece este fato na ontologia da disciplina.

Claro que a Geografia moderna como ecologia humana (Barrows, 1923; Brunhes, 1962) vinha sendo construída, do século 19 para as primeiras décadas do século 20, impregnada pelo estilo positivista. Mas o que se passou a entender por positivismo no início do século 20 era muito amplificado em relação ao entendimento anterior. Diante dos novos estudos de cognição, linguagem e lógica aplicados à produção científica, o estilo de positivismo associado ao que se poderia chamar de a primeira face moderna da Geografia passaria a ser chamado, apenas, positivismo bruto.

Usualmente, o movimento neopositivista na Geografia é simbolicamente representado pela aparição do trabalho de Fred K. Schaefer no ano de 1953. O trabalho é uma peça de historiografia com objetivos propositivos ou doutrinários declarados e nela o autor retoma a multissecular dualidade existente na Geografia entre, por um lado a tradição corográfica, regional, idiográfica e tipológica – segundo ele, tradição

anacrônica a ser eliminada da disciplina – , e por outro a direção positiva, nomotética ou do estudo das generalidades verificáveis nos fenômenos espaciais humanos (Schaefer, 1977). *Excepcionalismo em Geografia: uma apreciação metodológica* – que é o título do trabalho – explora a história desta contradição dentro do ramo do saber não para reconhecê-la como formando a estrutura mesma da disciplina, mas sim para escavar argumentos justificadores à sua proposta de uma Geografia Cultural ou Humana com o perfil de uma *physis*.

Reconhecia-se com facilidade, em diversos ambientes da disciplina, um clima de insatisfação com a versão regional tradicional ou clássica da Geografia – ou, mais propriamente com o que vinha acontecendo com a mesma decorrente da sua institucionalização e burocratização – , como o evidencia o trabalho publicado por Kimble, em 1951, na Grã Bretanha (Kimble, 1996), dois anos antes do trabalho de Schaefer. O trabalho de Schaefer é, assim, apenas mais um exemplo dos descontentamentos, vez que aconteciam simultaneamente, ou haviam acontecido anteriormente, iniciativas apontando um mesmo sentido: a construção de uma Geografia de estilo diferenciado daquele oferecido pela *episteme* regional fixada no final do século 19 e começos do século 20. Em outras palavras, renovação seria construir uma Geografia com padrão metodológico menos exótico quando comparado com o padrão dominante nas demais ciências.

Em muitos ambientes acadêmicos da Geografia a contribuição de Schaefer foi menos explorada do que se poderia esperar em relação a uma verdadeira e corajosa obra de *scholar*, e isto talvez tenha acontecido ora pela natureza essencialmente

filosófica (epistemológica) do seu trabalho historiográfico ora pela contundência de muitas das suas afirmações, inclusive em relação a figuras veneradas como Kant. Textos anteriores, como os de Christaller, Thünen, Weber, ou posteriores como o de Nystuen – *Identification of some fundamental spatial concepts* (1996) –, que ofereciam modelos e procedimentos para o enfrentamento prático de problemas espaciais, é que efetivamente tornaram-se mais funcionais para os estudantes de pós-graduação empenhados em escreverem as suas teses de Geografia dentro dos novos cânones científico-doutrinários.

Uma ciência para o planejamento do progresso

O alcance da influência das ideias geográficas geradas nos ambientes de língua alemã sobre a Geografia norte-americana não estancou em Semple, Sauer (Speth, 1999) ou Hartshorne. Esta influência prosseguiu através do denominado movimento teórico dos meados do século 20 e dependeu profundamente das circunstâncias que antecederam, acompanharam e se seguiram à 2ª Guerra Mundial. Fred K. Schaefer (1904-1953) nasceu em Berlim e ganhou seu sustento, enquanto jovem, como aprendiz de metalúrgico. No ambiente da classe trabalhadora impregnou-se da atmosfera política e cultural do meio industrial e urbano do velho *core* da modernidade. Como jovem militante da esquerda secretariou a secção sindical da juventude social-democrata alemã.

Trabalhava durante o dia e à noite estudava. Conseguiu, com grande esforço, realizar seus estudos de pós-graduação em ciência política e em Geografia Política. Provavelmente

nutria admiração, interesse e curiosidade pelas possibilidades do planejamento governamental econômico e social baseado numa ciência social com alta capacidade positiva de fornecer previsões sobre os comportamentos humanos (econômicos). Nos anos antecedentes à 2ª Guerra, em decorrência das sérias contendas políticas que aconteciam no interior da Alemanha, Fred Schaefer, à semelhança de vários outros europeus, acabou encontrando refúgio nos Estados Unidos, país aonde desembarcou vindo da Inglaterra no ano de 1938. Na América do Norte fixou residência em Iowa, ajudando refugiados de guerra europeus.

Quando da criação do Departamento de Geografia na Universidade de Iowa no ano de 1946, Schaefer assumiu uma cadeira de professor. Em 1947 apresentou à Associação dos Geógrafos Americanos o trabalho *Geographical Aspects of Planning in the USSR*. Havia muitas controvérsias em torno do tema de como as ciências humanas e sociais poderiam ajudar no planejamento do progresso, do desenvolvimento. Seria possível uma física social aplicada aos estudos econômicos espaciais, tipo de ciência humana com supostamente potencializada capacidade de planejar?

Concepções convergindo para o intervencionismo de governos provocariam problemas no ambiente americano, pois era ortodoxia estranha à experiência da América do Norte de forte herança liberal, federalista e prática. Expressão desta herança foi a sempre muito forte reação dos agricultores americanos às intensões territoriais dirigistas dos zoneamentos agroecológicos (uso da terra), assim como a valorização do direito de possuir armas para defender a si e à sua pro-

priedade, inclusive dos aparelhos do estado. Na Rússia, ao contrário, tal concepção de ciência & planejamento havia se propagado rapidamente após 1917 e os planos quinquenais gozavam de prestígio.

Schaefer veio a falecer em Junho de 1953 vitimado por um ataque cardíaco; justo neste momento o manuscrito do seu artigo – *Exceptionalism* (Schaefer, 1977) – provocava sérias controvérsias no ambiente editorial da prestigiosa *Associação dos Geógrafos Americanos* (Martin, 1989, p. 73 e 80). O editor comunicou a Schaefer que o trabalho estava a lhe criar tantos problemas junto ao comitê editorial que ele, realmente, não sabia mais o que fazer. Dois, dos argumentos dos editores contra a publicação, eram: primeiro, o artigo criticava todo mundo; segundo, que nele se minimizava a dimensão interpretativa tempo, isto é, a história, os processos históricos. Schaefer procurava afastar a Geografia da história, da perspectiva kantiana, e aproximá-la do estilo neopositivista.

Foi o filósofo Gustav Bergmann – cujos mestres haviam sido os lógico-positivistas do Círculo de Viena –, seu amigo e colaborador na U. de Iowa, quem realizou as provas finais para a publicação do incômodo artigo, posto que Schaefer faleceu antes da última etapa editorial. As posições institucionais de Schaeffer, Brian Berry – britânico – e de tantos outros demonstram que o coração do movimento de renovação da Geografia, mais uma vez, encontrava-se na universidade e nas pós-graduações, tal como na Alemanha da passagem do século 19 para o 20, não obstante o cortejo dos estímulos a tais mudanças adviesse das demandas de governos e empresas

num ambiente de aceleradas mudanças econômicas, políticas, culturais e tecnológicas no espaço geográfico mundial.

A emergência do impulso teórico na Geografia se realiza sob o estímulo dos novos ambientes institucionais da Guerra Fria¹. Barnes e Farish (2006) referem-se a estes ambientes como um novo contexto, cheio de novos desafios funcionais, temáticos e de escala para as ciências, e plenos de novas possibilidades tecnológicas (computadores, aerofotogrametria, *networks* mundiais de dados econômicos, climáticos, demográficos, etc) a exigirem um novo estilo de Geografia.

Assim, a política no campo da ciência, na academia, exercia-se naquelas dimensões da inovação metodológica, temática e técnica, especialmente no re-trabalho, a partir de uma visão *law seeking* (busca de leis) de ciência (generalização), dos conceitos de espaço e região (Barnes & Farish, 2006, p. 807).

A mente positivista: antecedentes, desdobramentos e resistências na Geografia

Muito embora a denominação nova Geografia tenha sido empregada para denominar as atitudes de estilo neopositivista que se foram tornando comuns ao longo dos anos de 1950, o uso do adjetivo realmente significou estratégia lingüística para angariar prestígio; estratégia ancorada na ideia de pro-

1 Expandem-se ou são criadas muitas instituições dedicadas à coleta, arquivo e análise de dados ambientais e humanos com fins de planejamento para o desenvolvimento - por mais obscuro e controverso que isto fosse -, em escalas regionais, nacionais e internacionais (organismos multilaterais). Formam-se os grandes escritórios do trabalho científico, uma burocracia que procura *experts*, idéias e legitimação acadêmica junto aos centros de pós-graduação.

gresso. Examinando a questão de perto, constata-se que o estilo *physis* advogado pelos renovadores nos meados do século XX não era original nos estudos territoriais ou espaciais do comportamento humano. Além disto, outros já haviam lançado mão desta adjetivação, nova Geografia, e isto na própria modernidade, a exemplo do jovem Halford Mackinder (1861-1947) ao final do século 19 advogando por uma Geografia de síntese (regional) (Mackinder, 1887; Fisher, 1979), tal qual faria Delgado de Carvalho no Brasil (Barros, 2008).

Antecedentes de busca de leis na investigação dos fenômenos sócio-territoriais, por exemplo, são: o trabalho de Ravenstein (1980) sobre as leis do comportamento migratório da população britânica ao final do século 19; o trabalho de Thomas Malthus acerca da lei do crescimento populacional; o trabalho de Thünen quanto ao controle do uso da terra rural pela distância ao mercado – estes dois últimos no século 18 ; e o trabalho de W. Christaller (1966) nos anos de 1930, sobre a ordem teórica dos assentamentos. É possível também incluir nesta lista a contribuição espacial-continental de Carl Ritter, apresentada em capítulo anterior.

Brian Berry, que havia realizado sua graduação em economia na Inglaterra, e que foi se pós-graduar em Geografia nos Estados Unidos sob a influência da renovação neopositivista, observou que textos de abordagem espacial-positiva produzidos anteriormente eram muito lidos e discutidos pelos pós-graduandos, em 1954, na Universidade de Seattle (Washington) (Berry, 2005, p. 66). O trabalho de Walter Christaller, fonte para a Geografia como ciência espacial dos assentamentos urbanos, o *Central places* (Christaller, 1966),

havia sido originalmente publicado em 1933. O alemão e o russo eram línguas estudadas pelos alunos.

Alfred Weber foi responsável por estudos pioneiros da localização da função industrial, com o seu livro publicado em 1909 e vertido para a língua inglesa no ano de 1929. Com o título *Teoria da Localização das Indústrias*, o trabalho desempenhou importante papel na Geografia industrial da era eletro-mecânica. Johann Heinrich von Thünen (1783-1850) havia proposto modelo de ordenamento teórico do uso do solo que veio a exercer grande influência nos estudos de Geografia da agricultura pós 1950. Pelo que se constata, e como observaram Bradford & Kent, estas iniciativas procuravam encontrar lei, “*ordem na informação caótica*”, regularidades nas relações espaciais, e utilizavam hipóteses e superfícies teóricas (hipotéticas, simplificadas) para proceder às simulações em busca da descoberta de leis ou tendências espaciais (Bradford & Kent, 1987, p. 67). Ao argumento de que uma ordem espacial, como a proposta por Christaller, nunca se verificava de fato na realidade, os neopositivistas opunham a afirmação de que um modelo teórico tinha um valor por si mesmo.

A Geografia Humana ou Cultural, ela que havia estado impregnada por preocupações históricas, antropológicas ou biofísicas – absorvida pelas complexas relações entre civilizações, culturas e meios –, particularmente pela ótica da ecologia regional, via-se nos anos de 1950 diante do setorializado e sistemático discurso econômico-espacial. A reação à aventura teórica dentro da disciplina, como previsível, foi extremamente severa, não obstante tornada pouco a pouco tolerante apenas pelo paciente trabalho do tempo. Contudo, nos sítios

culturais departamentais construídos a partir da perspectiva da região ou paisagem como expressão da visão da ecologia humana, a iniciativa matemático-estatística da economia espacial não foi e não é reconhecida como Geografia Humana.

A partir dos meados do século vinte, aqui e ali, em diferentes contextos acadêmicos, as opiniões e reações à iniciativa foram muito diversas. Estas reações formaram um espectro que se estendia desde a extremada rejeição total aos raciocínios espaciais neopositivistas, revelando-se neste caso uma espécie de psicocentrismo extremo, até à adoção entusiasta e acrítica da novidade (alocêntrismo acadêmico extremo) (Barros, 2003). Claro que as atitudes dependiam tanto do alcance e da robustez financeira das fontes de financiamento quanto dos interesses particulares que tinham os indivíduos expostos às novidades no que respeita à defesa ou aquisição de vantagens nas suas carreiras acadêmicas e burocráticas. Alunos nas pós-graduações, naturalmente, eram os mais propensos ou vulneráveis para aceitarem as novidades.

Quando da institucionalização da Geografia moderna, a herança do positivismo bruto pode produzir o geógrafo arquetípico. À época, a aculturação dos jovens dentro da disciplina recém institucionalizada realizava-se mediante o treinamento dos mesmos para a produção das monografias regionais sintéticas e descritivas. O trabalho monográfico sintético – da ecologia humana das regiões ou dos lugares, a diferentes escalas – era considerado o produto do geógrafo por excelência: e para elaborar as monografias prevalecia o lema do positivismo bruto: fatos, e não teorias ou generalizações.

Esta espécie de comando produziu um modelo de comportamento a ser seguido pelo geógrafo quando da aplicação da metodologia regional: uma vez definida a área, e apoiando-se primeiro nas disciplinas sistemáticas, procedia-se à construção da síntese regional dos dados parciais ou tópicos. Neste particular, quanto à relação entre a visão regional e a sistemática, é possível se constatar uma viva tensão ou contradição: através destes elos interdisciplinares, os desenvolvimentos que estavam acontecendo nas disciplinas sistemáticas – desenvolvimentos estes teóricos e de natureza neopositivista, como os devidos a Ravenstein (1980), a Christaller (1966), e a outros – acabaram por invadir toda a Geografia. E invadiram para lhe desafiar o estilo regional clássico, isto é, o seu molde corográfico ou idiográfico.

O espaço geográfico e os espaços abstratos

Os desenvolvimentos da chamada Geografia teórica, analítica ou espacial a partir dos meados do século 20 fizeram com que o intuído ou o subentendido na compreensão do espaço – o espaço de vida –, assim como a sua representação topográfica convencional (o espaço geográfico), passassem a ser considerados insuficientes ante os novos desafios e possibilidades postas diante da disciplina. A ciência espacial dirá que o conceito de espaço geográfico e os temas e procedimentos metodológicos decorrentes do seu uso, como as monografias regionais, tendiam a produzir uma Geografia descritiva, corográfica, dos lugares, e por isto pré-científica segundo os cânones do neopositivismo.

William Bunge compara o uso de dois termos elucidativos para o entendimento da proposta da Geografia teórica em oposição à Geografia regional ou tradicional: *“ao longo do trabalho de Schaefer está o termo espaço, enquanto Hartshorne usa a palavra idiográfica lugar”*. A disputa ‘espaço’ versus ‘lugar’ é uma direta consequência das suas posições acerca do ‘geral’ versus o ‘único’. (Bunge, 1962, p. 12, cit. por Martin, 1989, p. 79). Visões competitivas da experiência espacial humana se encontravam em disputa nos ambientes onde se praticava a Geografia.

A visão que se autodenominava de renovação teórica propunha-se a identificar leis ou regularidades, ou controles de ordem econômica, nos comportamentos espaciais humanos; e assim propondo oferecia à Geografia regional clássica um forte argumento para criticá-la. Que argumento? O de que a teorização que os renovadores produziam representava uma compreensão determinista dos fenômenos espaciais (Berry, 2005, p.67). Novo determinismo, agora de ordem econômica, e que deveria ser rejeitado – tal como o fora o físico – pelos que reafirmavam o primado da indeterminação dos comportamentos humanos no espaço geográfico. Marxistas, depois, compartilharão do mesmo economicismo nas suas análises espaciais (Berdoulay, 2012, p. 109).

Os teóricos espaciais afirmavam que a representação topográfica e empírica da superfície da Terra – herdada dos gregos, utilizada sem controvérsias na Geografia até então (Ferreira & Simões, 1986, p. 87) e essencial à revelação da singularidade dos lugares – serviria mais propriamente aos estudos idiográficos e concretos. Porém, tal representação não

seria adequada ao estudo científico que se propusesse a testar hipóteses com o fim de identificar regularidades nos assentamentos e comportamentos espaciais humanos.

O movimento teórico procurava aproximar a disciplina daquela esfera que Platão chamou de reino dos *eide* (imutáveis, eternos, leis, necessidade), em oposição ao contingente ou aparente (realismo). Em outras palavras, o movimento teórico aproxima-se do espírito do *Almagest* de Ptolomeu, ainda que a *physis* deste tenha sido astronômica, onde se identificava o que seriam as leis perpétuas dos movimentos dos astros, seres perfeitos e regulares; e se afasta da sua corografia. É por esta razão que G. Bergmann (1967) se refere ao *materialismo metafísico* presente no neopositivismo, por menos usual que este termo seja. Observe-se que o modelo gravitacional desfrutou mesmo de algum sucesso na Geografia Urbana teórica.

Segundo os novos ventos, o papel da sensação (*aisthesis*) não deveria possuir na Geografia a importância que havia tido na configuração clássica da mesma ao final do século 19 e começos do século 20. Sauer, por exemplo, expoente da Geografia Humana ou Cultural de emergência moderna, no seu texto *The education of a geographer* (Sauer, 1965, p. 403), havia afirmado expressamente o importante papel da estética na apreciação da paisagem. Não que a estética estivesse ausente das iniciativas nomotéticas, pois isto seria uma impossibilidade cultural. Entretanto, a apreciação estética em torno dos eventos espaciais afastava-se do estilo realista e, decididamente, aproximava-se da estética abstracionista e construtivista.

Analisando a experiência vivida então pela Geografia de repensar o espaço, Dauphiné propõe uma distinção conceitual entre o espaço geográfico empírico, correspondente à tarefa mais descritiva da Geografia e da cartografia, conceito fundamental na Geografia regional clássica, por um lado; e por outro lado os espaços de tipo teórico, empregados nos modelos da análise espacial que foram mobilizados pelo movimento teórico (Dauphiné, 1991, pp. 48-52). Estes últimos tipos de espaço, para M. Santos (2002, p. 118), seriam responsáveis, ao lado dos estudos sobre uma suposta natureza natural e pelo emprego na disciplina de uma concepção histórica sem meio geográfico – isto é, a história convencional dos acontecimentos –, pela viuvez demonstrada, por parte dos geógrafos, em relação ao espaço, quer dizer, geógrafos sem o espaço geográfico.

Mas é irrecusável o fato que o notável desenvolvimento da Geografia Urbana confunde-se com a propagação das novas atitudes teóricas. O contexto geral de desenvolvimento de ambas – da análise espacial e da Geografia Urbana – foi a expansão urbana, industrial e do comércio e serviços dos anos de 1950 e 1960, o ambiente da Guerra Fria, expansão que criou as paisagens avançadas dos países desenvolvidos (*cores*) ou as paisagens subdesenvolvidas das periferias no caminho do desenvolvimento.

O espaço urbano passa a ser concebido, para análises de tendências espaciais gerais, como um espaço relativo às interações das funções e objetos urbanos (espaço econômico relacional), e este é o tempo de afirmação da Geografia Urbana no interior da disciplina. Como o observa Risa Palm, a Geografia Urbana a partir de então, ao afastar-se dos estudos de sítio,

classificação (tipologia) funcional ou simples descrição do uso da terra nas cidades, e buscar construir generalizações acerca dos sistemas (distribuições) e das estruturas internas das cidades, pode ela ser reconhecida ou fixar-se claramente como um subcampo definido dentro da Geografia (Palm, 1981, p. 4-7).

O espaço, agora, não era mais somente imaginado como um *a priori*, “*forma de todos os fenômenos dos sentidos externos*”, o “*uno*” (Kant, 1999, pp. 74, 75), mas também podia ser concebido teoricamente, isto é, como um *a posteriori*, passível de redução metodológica ou abstração. A palavra espaço, então, ampliou seus significados na Geografia, e sem dúvida isto acarretou enriquecimento conceitual, metodológico e técnico na disciplina. Tal enriquecimento trouxe para a Geografia, diante dos muitos e variados problemas a estudar, vastas possibilidades de explorações temáticas através dos diversos espaços teóricos e relativos racional e funcionalmente conceptualizáveis.

Naturalismo, objetivismo e a doutrina da verificação

A Geografia como ciência espacial recebeu decisiva influência dos procedimentos metodológicos do positivismo lógico em uso na Economia. Com seus espaços abstratos, suas simulações de comportamento espacial de variáveis e sua ênfase nas localizações relativas e nas distâncias, a Geografia teórica encontrou ampla acolhida e múltiplos campos de aplicações nas esferas de planejamento das atividades públicas e privadas. A sua legitimação vinha em larga medida da sua alegada capacidade ora de prever eventos espaciais

ora de propor aos agentes econômicos localizações espaciais eficientes, o que se opunha ao contingencialismo e acidentalismo da Geografia clássica.

A análise teórica, voltada à resolução dos problemas práticos da localização espacial dos investimentos, significou minimização de certa metafísica na disciplina; ou seja, a hibernação ou o eclipse de ideias como a de totalidade geográfica, de cosmos, de caráter, sentido ou personalidade das regiões. Associadamente, notou-se também certa depreciação do papel metodológico da intuição, da empatia e da apreensão estética (*aisthesis*) realista, por naturalmente serem recursos cognitivos difíceis de serem subjugados ao princípio da suspensão e verificação empírica das hipóteses de tendências ou leis de comportamento espacial. Numa ciência ativa, doutrinava Schaefer de modo revolucionário, progressista e utilitário, os conceitos eram “*constantemente aperfeiçoados ou então abandonados de vez*” (1977, p. 5).

Todo o processo de produzir verdades deveria ater-se à identificação e ao conhecimento do comportamento objetivo exterior das variáveis. Uma afirmação, ou era ela confirmada por evidências, ou perdia a validade; neste último caso dir-se-ia que a afirmação não poderia mais oferecer uma aproximação aceitável com os fatos (Schaefer, 1977, p. 5). Diante de questões metodológicas tão importantes e que deveria enfrentar, lamentava Schaefer com indignação, a Geografia continuava persistindo em confundir metodologia com técnicas de ensino, técnicas de mapear e técnicas de realizar levantamentos históricos (Schaefer, 1977).

Os pontos centrais da proposta de Schaefer para a Geografia, segundo ele mesmo², foram: 1º, a Geografia não poderia – e nem a história também – desejar ter metodologia diferente das demais ciências; e 2º, era insustentável a Geografia permanecer taxonômica e descritiva, estudando enciclopedicamente tudo de cada região, usando metodologia que derivava da confusa cosmografia de Kant e Humboldt. O desenvolvimento das ciências naturais ao longo dos séculos 18 e 19 – segundo Schaefer – sugeria que a descrição, ainda que associada à classificação, não era mais uma atitude metodológica suficiente, uma vez que ela, a descrição, “*não explicava o modo como os fenômenos se distribuem pelo globo*” (Schaefer, 1977, p. 7). Seria preciso, disse-o Schaefer, recuperar ensinamentos de Humboldt e Ritter, para os quais as relações naturais, e espaciais em geral, estavam submetidas à regência de leis (Naturalismo, Objetivismo).

Eides sim, mas não necessariamente matematização

Não é adequadamente expressivo definir o movimento teórico na Geografia como Geografia quantitativa, mesmo que em consequência das preocupações emanadas do Círculo de Viena a linguagem matemática e estatística tenha ocupado um lugar prestigioso no movimento. Faz-se esta afirmação uma vez que análises realizadas sob a égide da atitude tipológica-regional, isto é, trabalhos de ordem caracteristicamente hartshorniana,

2 Pontos sumários da carta de Schaefer, 1953, ao editor dos *Annals of the Association of American Geography*, e transcrita parcialmente por Martin (1989, p. 72).

à qual Schaefer se opunha tão tenazmente, empregaram massivas técnicas quantitativas. O emprego das técnicas quantitativas pela Geografia areal-tipológica, ou da diferenciação de áreas, foi bem observada por Darlene Ferreira quando procedeu à reconstrução da história da Geografia Agrária no Brasil no período de 1930-1990 (Ferreira, 2002, p. 270-271).

A atitude teórica pode prescindir de técnicas quantitativas. Do que, a rigor, o movimento teórico não podia prescindir era da especial consideração pelos dados externos ou positivos e da busca entre estes de relações de replicação ou tendência. Existem modelos gerais sugerindo regularidades espaciais – exemplo é modelo indutivo, projetado numa superfície isotrópica, do desenvolvimento do povoamento nos contextos coloniais, proposto por Taffee, Morrill & Gould (1963) – que não envolvem técnicas estatísticas (Barros, 1993). Sem empregar exaustivos trabalhos estatísticos, modelos assim foram construídos com atenção aos dados do mundo factual e externo que eles se propuseram a representar e são representações que intentam possuir valor geral.

O modelo antes citado é uma representação hipotética ou teórica da sequência evolutiva de uma rede de centralidades em interação (nódulos e fluxos), isto é, da ontologia de uma rede desde o padrão colonial até à integração nacional ou interna (Barros, 2004b). Outro exemplo de generalizações em análises dos assentamentos humanos, revelando atitudes teóricas diante dos problemas, é o trabalho de B. Becker (1978) procurando correlações entre os padrões de propriedade da terra e a estabilidade das novas localidades (assentamentos)

centrais emergentes nas frentes de expansão da Amazônia brasileira nos anos de 1970.

A renovação do conceito de região e a propagação da atitude sistemática

Entre trabalhos que desenvolviam críticas à Geografia clássica ocupa destaque o estudo apresentado por Kimble (1996) no final dos anos de 1940 sobre o conceito de região geográfica, mencionado anteriormente. Kimble descreveu como o conceito estava impregnado pelas circunstâncias espaciais e experiências cognitivas europeias, isto é, contaminado pelas realidades corológicas deste continente com as suas muito específicas ou bem próprias diversidades regionais do século 18 – pré-Revolução Industrial – que haviam estado configuradas por séculos. Para este horizonte, compreensivelmente, o conceito de região geográfica era pleno de significados. Tal conceito identificava regiões restritas em escala, com base nas suas respectivas singularidades às quais se associava mesmo uma espécie de personalidade.

Contudo, segundo Kimble, tal noção assim moldada e transmitida não se revelava adequada e útil às interpretações das experiências das dinâmicas espaciais na América e na Austrália. Pelo contrário, nestes ambientes novos para os europeus seriam conceitos tais como o de interação espacial, de rede, de difusão, e de contradições e rupturas entre os elementos de secções do espaço – em contraste com o isolamento, a unicidade, a harmonização e a coerência dos elementos de um

pequeno mundo ou região geográfica – que propriamente deviam gozar de ascendência metodológica na Geografia do pós 2ª Guerra. Há paralelos entre estas observações de Kimble e aqueles registros sobre as difusões culturais que Ratzel (1988) assentou no seu trabalho sobre a América do Norte. O Novo Mundo possuía vivências de tempo e de espaço tão diferenciadas que isto postulava uma Geografia mais sistemática, segundo Kimble (1996).

Hoje, com várias décadas decorridas desde os acontecimentos que edificaram a análise espacial teórica na Geografia, o próprio tempo foi se encarregando de amadurecer aqueles seus contendores ou doutrinadores originários mais ferrenhos ou aguerridos. O próprio Gustav Bergman, com importante participação na proposta de Schaeffer, em 1966 reconheceu que mudara em relação ao entusiasmo neopositivista que possuía nos anos de 1954. Deixara de ser um fenomenalista mais puro para tornar-se um realista da variedade fenomenológica (Bergmann, 1967, p. x).

Atualmente não são raras peças da historiografia, normalmente bem humoradas, acerca deste período de verdadeira cruzada teórica dentro da disciplina. O tempo se foi encarregando de ensinar aos profissionais da área a reconhecer os excessos do doutrinarismo positivista e espacial, e conduzindo-os a humildemente reconhecer e aceitar que o mundo, usando a expressão de Koelsch, “*não é generoso com as teorias que temos sobre ele*” (Koelsch, 2001, p. 276). A própria historiografia – no atual ambiente pós funcionalista, para usar a expressão de Claval (2002) – ficou sociologizada, relativista, contextual, distante portanto do propositivismo

de evolução ou progresso disciplinar típico da modernidade (Barros, 2006c).

Outro fato é que o denominado movimento teórico dentro na Geografia foi, consistentemente, uma experiência anglo-americana do pós 2ª Guerra, não obstante sua influência tenha se derramado, em doses variadas, por diversos países (Lencioni, 2003, p. 140). Entretanto, as sementes da análise espacial haviam vindo do *core* da Europa continental para germinar no contexto do pós 2ª Guerra e da Guerra Fria, sob o guarda chuva de alguns ambientes acadêmicos da América do Norte e da língua inglesa.

As avaliações posteriores da experiência espacial possuem tom de reconhecimento positivo. Morril, por exemplo, entende que as preocupações com os assuntos teórico-metodológicos da análise espacial foram meios para que a Geografia adquirisse respeito nos ambientes acadêmicos de então (Morril, 1984, p. 59). No Brasil, Andrade (1982, p. 193), Diniz (1984, p. 51), Faissol (1995), Monteiro (1980), Lencioni (2003, p. 144), entre outros, afirmaram com ênfases variáveis a contribuição do movimento teórico aos estudos geográficos, embora seja pertinente, do ponto de vista historiográfico, observar que a novidade era praticamente contemporânea (AGB\SBPC, 1973) a algumas das opiniões.

Hoje, decorrido mais de meio século desde os trabalhos de Kimble e Schaeffer, restam poucas resistências à afirmação que o movimento neopositivista representou uma renovação, uma ruptura com a rotina da burocratização da metodologia mais tradicional da disciplina. A iniciativa teórica buscou melhorar o conhecimento sobre a experiência espacial humana,

isto acarretando um enorme esforço na construção de modelos normativos e dedutivos ou indutivos de base estatística (Livingstone, 1992, p. 319).

Dúvidas ainda restassem sobre a efetiva contribuição dada pelo movimento teórico ao pensamento geográfico, bastaria para dissolvê-las o argumento de que o próprio conceito de região, conceito que tem na Geografia uma importância não encontrada em nenhuma outra disciplina, foi fascinantemente expandido e enriquecido pela análise espacial.

Realizando-se revisões bibliográficas dos desenvolvimentos dos diversos ramos sistemáticos da Geografia Humana nas últimas décadas, pode-se ver com clareza a dimensão vasta da contribuição trazida pela atitude teórica e sistemática para a Geografia. No caso da Geografia Urbana o fato foi já examinado. Outro exemplo é o desenvolvimento da recentemente expansiva Geografia do Turismo (Hall & Page, 2000; Pearce, 2003; Barros, 2002, 2005b, 2009, 2010, 2015). Além disto, as tão contemporâneas discussões sobre os significados e mecanismos espaciais da globalização ou mundialização são apoiadas nas idéias da interatividade ou da difusão, idéias que segundo Kimble estavam a merecer primazia metodológica.

Disto se conclui, portanto, que é pouco realista a opinião da historiografia sequencial que a experiência teórica na Geografia representou uma fase esgotada da qual a disciplina se desvencilhou. Pelo contrário, sua influência se projetou pelas últimas cinco décadas. E, olhando o passado, amplificando temporalmente a análise da presença do estilo teórico no velho ramo do saber, reconhece-se que a *physis* nunca foi estranha à tradição geográfica, tendo sido mesmo a palavra Geografia,

por séculos, sinônimo de *physis*. Os produtos dos trabalhos regionais descritivos, sobre as sociedades e os meios, eram denominados de corografia.

Importante notar que a consciência da presença estrutural dentro da Geografia dos dois horizontes cognitivos – o horizonte das leis, das tendências ou das regularidades nos arranjos espaciais, por um lado, e o horizonte do realismo e das singularidades dos lugares – estava nas cogitações de protagonistas da iniciativa espacial. Walter Christaller, por exemplo, bem observou as relações de complementariedade entre as duas perspectivas – a circunstancial ou realista, e a teórica – para a produção das representações geográficas dos assentamentos humanos, e os estudos de Berry (1971) sobre centralidade no interior da China incorporaram as especificidades econômicas e culturais do espaço rural tradicional. A teoria dos dois circuitos de Santos (1979) significou uma iniciativa de conciliação da ideia da centralidade geral com o que o autor entendia por especificidades do espaço geográfico ativo dos países subdesenvolvidos.

Conclusões

A nossa convicção é que a possibilidade da identificação de princípios gerais no ordenamento espacial não conduz à rejeição do entendimento do papel das singularidades nos arranjos das formas no espaço geográfico. Na sua longa ontologia, a Geografia preservou e interconectou as duas grandes possibilidades metodológicas de apreciar as variedades fenomenológicas daquele espaço. A proposta de Bernardo Varenius é de construir a harmonização das duas condutas ou atitudes, a geral e a descritiva – cujas origens confundem-se com as do pensamento humano – e denominar tal sistema cognitivo assim imaginado de Geografia.

Mas a tradição geográfica continuava a carregar consigo um amplo espectro de pontos de vista, de modo que não poderiam faltar controvérsias quanto aos limites para a aventura da imaginação geográfica. A institucionalização da Geografia no ensino superior, na passagem do século XIX para o XX, demandou a domesticação do pensamento geográfico, resultando disto a primeira face da Geografia moder-

na, definida como Antropogeografia ou Geografia Cultural ou Geografia Humana.

Este modelo conciliava os estudos tópicos – aproximados do ponto de vista geral – com a dimensão corográfica, mediante a convergência realista dos resultados obtidos de forma sistemática na síntese de área, a área vista como fragmento do espaço geográfico e passível de representação concreta através da monografia regional. A historiografia propositiva e erudita fez o seu trabalho e fixou esta fase de fundamentos ou institucionalização como a Geografia moderna. Uma vez que a monografia regional é um trabalho integrador dos vários fatores ou formas componentes do espaço geográfico, cada qual com propriedades tão diferentes que a nomenclatura lhes dava nomes próprios e que possuíam suas próprias ciências, a crença de se obter boas verdades, digamos assim, ao se propor generalizações sobre tais complexos, dificilmente se sustentava.

Então, as atitudes idiográficas, compreensivelmente, prosperaram nos ambientes institucionais da Geografia. Entretanto, generalizações nunca estiveram ausentes do horizonte das idéias geográficas, particularmente quando as reflexões sobre o espaço geográfico e a região estavam energizadas pelas indagações sobre as razões e as possibilidades das mudanças culturais num sentido amplo. Este é precisamente o caso da teoria geográfica das difusões, proposta por Frederico Ratzel, talvez ecoando idéias de Carl Ritter. O que se chamaria determinismo geográfico era a crença que se poderia descobrir uma lei amparada em fatores geográficos que explicasse as chances de progresso ou mudança cultural. Mas este determinismo geográfico assim simplificado, tipo *physis*, havia sido muito polido

por décadas de reflexões históricas e culturais, e a palavra mais prestigiosa tornou-se possibilidade.

Porém, a dissociação entre os dois estilos cognitivos, o da *physis* e o corográfico, décadas depois, no ambiente dos anos de 1950, veio a ser fortemente doutrinado no interior da disciplina já bem institucionalizada como Geografia Humana ou Cultural. O suporte à novidade vinha, principalmente, de peças do discurso econômico sobre o papel da distância no ordenamento e localização espaciais dos assentamentos e equipamentos humanos. A rotinização dos trabalhos geográficos através das exaustivas descrições dos lugares, as reticências aos esforços de buscar regularidades observáveis em diferentes locais, a insistência nos complexos regionais e o distanciamento do estudo sistemático, foram alguns dos alvos mirados pelos chamados geógrafos teóricos no corpo da consolidada Geografia Humana.

O conceito de paisagem teórica que os doutrinadores da nova fase propunham resultava da eliminação de vários objetos ou formas reais do espaço geográfico. Argumentavam os partidários da renovação que o espaço geográfico, com a sua complexidade e as suas regiões idiográficas, deveria ser substituído por uma superfície simplificada onde se podia proceder a simulações de relações entre variáveis econômicas. Naturalmente isto colidia de modo frontal com a tradição conceitual sedimentada na disciplina, e as reações foram correspondentes. Contudo, não se pode também negar que havia antecedentes, dentro da Geografia, de atitudes de *physis*, mesmo diante da tarefa de compreender os fenômenos humanos.

No contexto da Guerra Fria, capitalismo de corporações e de estado, num ambiente de intensa acumulação, mudança tecnológica e ampliação do poder das ferramentas de domínio espacial, abriram as vias para as Geografias da modernização ou do planejamento do desenvolvimento na escala de competição internacional. Centralidades, cidades e interação tornaram-se conceitos centrais. A reação crítica advinha da Geografia que havia sido forjada pela experiência das pequenas regiões rurais singulares européias, ou edificada a partir das apreciações minuciosas do espaço geográfico – rural – do mundo extra-europeu, ora para identificação de produtos e terras a explorar, ora para o envio dos excedentes de população produzidos pela transição demográfica no Velho Continente.

A Geografia Humana ou Cultural com a marca pessoal do scholar, em contraste com a disciplina das equipes seguindo protocolos conceituais comuns. A construção paciente da completude do espiral da síntese regional, oposta à identificação dos padrões ou regularidades tópicas ou sistemáticas. A atitude da convivência consciente com a dimensão das incertezas e do obscuro na conexão entre os fatores – inclusive os humanos – e na expressão regional, ante a ousadia temerária de se produzir uma ciência humana espacial experimental. Nas reações da Geografia Humana ao positivismo lógico da análise espacial-econômico-urbana são reconhecíveis com nitidez ecos das reações culturais à ciência moderna acontecidos já desde o século 19.

A nova ciência espacial, afirmavam críticos da novidade, produzia conclusões abstratas muito distantes do realismo do espaço geográfico. O espaço geográfico complexo e suas cor-

respondentes diferenciações de área, as imprevisibilidades, os valores e a necessária ética presentes nas ações humanas, tudo isto estaria sendo desconsiderado em função da adoção das superfícies isotrópicas e das paisagens teóricas ou abstratas nas quais os comportamentos espaciais humanos eram igualizados a fenômenos amorais tais como o movimento das marés, as fases da lua e a sucessão das estações e dos dias e das noites.

A historiografia recente e contextual representa a contenda descrita relativizando os contendores, então em acirrado conflito, aos ambientes que alimentavam a competição; e a historiografia mais conceitual ou epistemológica não deixa de reconhecer que tal colisão ou tensão expressa a estrutura mesma da disciplina.

Referências

- AGB/SBPC (1973). *Renovação da Geografia: textos de simpósio*. São Paulo: AGB. (coletânea com trabalhos de A . Diniz, L. de Oliveira, C. A . Monteiro, P. Geiger e B. Becker).
- AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D. & ROGERS, A . ed. (1996). *Human Geography: an essential anthology*. London: Blackwell Publishers.
- AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona (354-430). (1997). *Confissões*. São Paulo: Paulus.
- ANDRADE, M. C. de. (1982). O pensamento geográfico e a realidade brasileira. In: SANTOS, M. org. *Novos rumos da geografia brasileira*. S. Paulo: Hucitec, p.181-201.
- BAILEY, A . (2005). *Making Population Geography*. London: Hodder Arnold.
- BARNES, H. (1921). The relation of Geography to the writing and interpretation of history. *The Journal of Geography* XX (9): 35-40.
- BARNES, T. & FARISH, M. (2006). Between Regions: Science, Militarism, and American Geography from World War to Cold War. *The Annals of The Association of American Geographers*, 96(4): 807-826.
- BARROS, N. C. de (1993). *Geografia Humana: uma introdução às suas ideias*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco.
- BARROS, N. C. de (2000). Encounter e imaginação geográfica na Guyana brasileira. *Território* 8, jan/jun., pp.31-46, Rio de Janeiro, UFRJ.
- BARROS, N. C. de (2002). Análise regional e destinações turísticas. *Revista Turismo Visão & Ação* 4 (11): 9-32, Universidade do Vale do Itajaí.
- BARROS, N. C. de (2003). Ensaio sobre renovações recentes na Geografia Humana. *Mercator* 2 (4): 7-18, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.

BARROS, N. C. de (2004a). Notas sobre contribuições da antiguidade clássica ao pensamento geográfico. *Revista de Geografia* 21(2):77-84, Recife, Universidade Federal de Pernambuco.

BARROS, N. C. de (2004b). *Tradição e inovação no pensamento geográfico: reflexões e aplicações*. São Paulo, Tese de Livre Docência apresentada à FFLCH da Universidade de São Paulo.

BARROS, N.C. de (2005 a). Ibn Kaldun, a dinâmica dos assentamentos humanos e as funções urbanas no Islã histórico. *Mercator* vol 4, n.8, p. 7-14, Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.

BARROS, N. C. de (2005b). Expansão turística, dinâmica espacial e sustentabilidade das destinações no litoral do Nordeste do Brasil. *Revista Turismo Visão & Ação* 7 (2):241-256, Universidade do Vale do Itajaí.

BARROS, N. C. de (2006a). Especiação, Região, Progresso e Política Cultural na Antropogeografia de Frederico Ratzel. *Geografia* 31(3): 455-467, Rio Claro, AGETEO/UNESP.

BARROS, N. C. de (2006b). Império, burocracia e interdisciplinaridade como contextos da Antropogeografia de F. Ratzel. *Geografia* 31(1): 185-198, Rio Claro, AGETEO/UNESP.

BARROS, N. C. de (2006c). A historiografia da Geografia e suas controvérsias: apreciação de um debate. *Revista Geográfica de Instituto Panamericano de Geografia e História*, n. 139, pp. 83-102, OEA/México.

BARROS, N. C. de (2008). Delgado de Carvalho e a Geografia no Brasil como arte da Educação Liberal. *Estudos Avançados* 62, pp.317-334, S.Paulo, IEA/USP.

BARROS, N. C. de (2009). *Por que as destinações turísticas no Nordeste do Brasil não declinam? - uma interpretação geográfica*. Recife, Editora da Universidade Federal de Pernambuco.

BARROS, N. C. de (2010). O caráter da Geografia Geral mediante a reconstrução histórica da dualidade *physis* e *chora* em episódios da História da Geografia. *Tese de Concurso para Professor Titular de Geografia Geral na Universidade Federal de Pernambuco*, Recife.

BARROS, N. C. de (2012). O geral e o regional na História da Geografia. *Revista Geográfica do Instituto Panamericano de Geografia e História*, n.152, pp.5-23, OEA/México.

BARROS, N. C. de (2015). Alterações demográficas na população local ao longo do desenvolvimento da região turística: um estudo no Município de Tibau do Sul, RN. In: OJIMA, R. & FUSCO, W. (org.) *Migrações nordestinas no século 21: um panorama recente*. São Paulo, Blucher, pp.159-200.

BARROS, N. C. de (2017). Tópicos metodológicos para a historiografia da Geografia. *Revista de Geografia*, 34 (3): 15-25, Recife, Universidade Federal de Pernambuco.

- BARROS, N. C. de (2019a). A Metafísica da Imaginação Regional e a noção de Harmonia assentada nos “Divinos Institutos” de Lactancius. *Revista de Geografia*, 36 (2): 261-276, Recife, Universidade Federal de Pernambuco.
- BARROS, N. C. de (2019b). Burocracia, pensamento regional clássico e mudança social. *Revista de Geografia*, 36 (3): 249-253, Recife, Universidade Federal de Pernambuco.
- BARROS, N. C. de (2020). A escola francesa de Geografia. *Estudos Avançados*, 34(98): 363-366, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.
- BARROWS, H. (1923). Geography as Human Ecology. *Annals of The Association of American Geographers*, 13(1): 1-14.
- BECKER, B. (1978). Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, 40 (1): 111-122, IBGE, Rio de Janeiro.
- BERDOULAY, V. (2012). Espaço e cultura. In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORREA, R. *Olhares geográficos*. Rio de Janeiro, Bertrand, pp.101-131.
- BERGMANN, G. (1967). *The Metaphysics of Logical Positivism*. Madison: University of Wisconsin Press.
- BERRY, B. (1971). *Géographie des marches et du commerce de detail*. Paris: Armand Colin, pp. 166-188.
- BERRY, B. (2005). Geography’s Quantitative Revolution: initial conditions, 1954-1960. A Personal Memoir. In: BERRY, B. & WHEELER, J. ed. *Urban geography in América, 1950-2000*, op.cit.
- BERRY, B. & WHEELER, J. ed. (2005). *Urban Geography in América, 1950-2000*. New York: Routledge.
- BESSE, Jean-Marc (2006). *Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. São Paulo: Perspectiva.
- BEZZI, M. (2004). *Região: uma (Re)visão historiográfica – da Gênese aos novos Paradigmas*. Santa Maria: Editora Universitária da U. Federal de S. Maria.
- BIANQUIS, G. (s/d). *A vida quotidiana na Alemanha na época romântica (1795-1830)*. Lisboa, Livros do Brasil (trad. de Joel Serrão).
- BOAS, F. (1996). The Study of Geography. In: AGNEW, L.; LIVINGSTONE, D.; ROGERS, A. ed. *Human Geography...*, op.cit, pp. 173-180 (orig. publicado, 1887).
- BORNHEIM, Gerd (1967). Introdução. In: *Os Filósofos Pré Socráticos*, op. cit.
- BOTTING, D. (1973). *Humboldt and the Cosmos*. N. York: Harper and Paul Publishers.
- BRADFORD, M. & KENT, W. (1987). *Geografia humana: teorias e suas aplicações*. Lisboa: Gradiva.

- BRUNHES, J. (1962). *Geografia humana*. R. de Janeiro: Fundo de Cultura Econômica.
- BUNGE, William (1962). Theoretical Geography. *Lund Studies in Geography*, Ser. C, General and Mathematical Geography 1: viii, cit. por MARTIN (1989), op. cit.
- BURNET, J. (1952). *L'Aurore de la Philosophie Grecque*. Paris, cit. por BORNHEIM (1967), op. cit.
- BURY, J. (1932). *The ideia of progress*. New York: MacMillan/Dover.
- BUTLER, R. (1980). The conception of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. *Canadian Geographer* 24(1):5-12.
- BUTTNER, A. (1996). Musing on Helicon: root metaphors and geography. In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D. & ROGERS, A. ed. *Human Geography ...op. cit.* pp. 54-65 (orig. publicado em *Geographiska Annaler* 64B, p.89-96, 1982).
- BUTZER, K. (1992). From Columbus to Acosta: Science, Geography and the New World. *Annals of The Association of American Geographers* 82(3):543-565.
- CAAMAÑO, J. (1997). *Antropologia prehispánica del Ecuador*. Quito: Embajada de España/Museo J. Caamaño.
- CAPEL, H. (1981). *Filosofia y ciencia em la Geografía contemporánea: una introducción a la Geografía*. Barcelona: Barcanova.
- CAPEL, H. (2006). Natureza e Cultura nas origens da Geologia Espanhola. *Geousp* 19:9-31, São Paulo.
- CASTRO, I. , GOMES, P. & CORREA, R. org. (1995). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- CHALMERS, A. (1994). *A fabricação da ciência*. São Paulo: UNESP (tradução de B. Sidou).
- CHRISTALLER, W. (1966). *Central Places in Southern Germany*. New Jersey: Prentice-Hall.
- CLAVAL, P. (1974). *Evolución de la Geografía Humana*. Barcelona: Oikos-tau.
- CLAVAL, P. (1998). *Regional Geography*. Oxford: Blackwell.
- CLAVAL, P. (2002). A Revolução Pós-Funcionalista e as Concepções Atuais da Geografia. In: MENDONÇA, F. & KOZEL, S. org. *Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea*. Curitiba: Editora da Universidade F. do Paraná, pp.11-43.
- CLEMENTS, F. (1928). *Plant succession and indicators*. New York: H.W. Wilson Company.
- CLOZIER, R. (1972). *História da Geografia*. Lisboa: Europa-América.
- COHEN, I. & WESTFALL, R. org. (2002). *Newton: textos, antecedentes, comentários*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora da Universidade Estadual do R. de Janeiro.

- COPERNICUS, N. On The Revolution of Heavenly Spheres. In: *Great Books of The Western World*(series vol.16), ed. by R. HUTCHINS, Chicago, E. Britannica, 1952, pp. 498-838.
- COWEN, R. , (1997). Comparative perspectives on the British PhD. In: GRAVES, N. & VARMA, V.,ed. *Working for a Doctorate: a guide for the humanities and social sciences*. London: Routledge, pp. 184-199.
- DARWIN, C. (1962). *The origin of Species by means of natural selection or the preservation of favoured races in the struggle for life*. London: Collier Books.
- DAUPHINÉ, A. (1991). Espace terrestre et espace géographique. In: BAILLY, A . S. org. *Les concepts de la géographie humaine*. Paris: Masson, pp. 43-53.
- DELYSER, D. & STARRS, P. (2001). Doing fieldwork: introduction. *Geographical Review* 91 (1,2): iv-viii.
- DICKINSON, R. (1969). *The Makers of Modern Geography*. London: Routledge and Kegan Paul.
- DINIZ, A. F. (1984). *Geografia da Agricultura*. São Paulo: Difel.
- DUNBAR, G. ed. (2001). *Geography: discipline, profession and subject since 1870 – an international survey*. The Netherlands: Kluwer Academic Publishers.
- FAISSOL, S. (1995). Memória: entrevista concedida ao Dr. Roberto S. de Almeida. *Cadernos de Geociências* 15, pp.165-190, Rio de Janeiro, IBGE.
- FERREIRA, D. A. (2002). *Mundo rural e Geografia: Geografia Agrária no Brasil 1930-1990*. São Paulo: Editora da UNESP.
- FERREIRA, C. & SIMÕES, N. (1986). *A evolução do pensamento geográfico*. Lisboa: Gradiva.
- FISHER, C. (1979). Uma confusão de conceitos: região e regional. *Revista Brasileira de Geografia* 41(1-2): 147-150.
- GALINDO, M. & MENEZES, J. L. org. (2003). *Desenhos da Terra: Atlas Vingboons*. Recife: Instituto Cultural Bandepe/Banco Real.
- GLAECKEN, C. (1967). *Traces on the Rhodian Shore*. Los Angeles: University of California Press.
- GOMES, P. (1995). O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I.; GOMES, P. & CORREA, R. org. *Geografia...* op.cit, pp. 46-76.
- GOMES, P. (2000). *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- GOURU, P. (1961). *The tropical world: its social and economic conditions and its future status*. New York: J. Wiley & Sons.
- HABBERMAS, J. (1965). Knowledge and Human Interests: *a General Perspective*. Appendix, in: _____ (1971). *Knowledge and Human Interests*, op.cit., pp. 301-317.

- HABBERMAS, J. (1971). *Knowledge and Human Interests*. Boston: Beacon Press.
- HALL, C. & PAGE, S. (2000). *The Geography of Tourism and Recreation: environment, place and space*. London: Routledge.
- HARTSHORNE, R. (1978). *Propósitos e natureza da Geografia*. São Paulo: Edusp/Hucitec.
- HERCKMANS, E. (1982). *Descrição geral da Capitania da Paraíba*. João Pessoa, União.
- HOLT-JENSEN, A. (1988). *Geography: history and concepts*. London: Paul Chapman.
- HUMBOLDT, A. (1952). *Cosmos: a sketch of a Physical description of the Universe*. London: Henry G. Bohn. 4 vols.
- HUMBOLDT, A. (1874). *Cosmos*. Madrid: Imprenta de Gaspar Roig, vol.I, cit. por CAPEL (1981), op. cit.
- KALDUN, I. (1958). *The Muqaddimah: an introduction to history*. London: Routledge & Kegan Paul, 3 vols.
- KANT, I. (1999). Estética transcendental: do Espaço. In: KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Ed. Nova Cultural, pp. 73-77. (ed. original de 1787)
- KEPLER, J. The Harmonies of The World, Livro V. In: *Great Books of The Western World(series vol.16)*, ed. by R. HUTCHINS, 1952, Chicago, E. Britannica, pp. 1005-1085.
- KIMBLE, G. (1996). The inadequacy of the regional concept. In: AGNEW et al. *Human Geography...*, op. cit., pp. 492-512. (Originalmente publicado in: *London Essays in Geography: Rodwell Jones Memorial Volume*, edited by L. Stamp & S. Wooldridge, London, Longmans, Green, 1951, pp. 151-174).
- KIMBLE, G. (2005). *A Geografia na Idade Média*. Londrina: Eduel. (original inglês, 1938).
- KIRK, G. S. (1977). A Ciência Grega. In: LLOYD-JONES, H. ed. *O Mundo Grego*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 111-123.
- KOCH-GRÜNBERG, T. (1966). *Del Roraima al Orinoco*. Caracas: Banco Central de Venezuela. 3 vols.
- KOELSCH, W. (2001). Academic Geography, American Style: An Institutional Perspective. In: DUNBAR, G. ed. *Geography: discipline, profession and subject since 1870 ...* op.cit., pp. 245-279.
- KRETSCHNER, K. (1930). *História da Geografia*. Barcelona: Labor.
- KROPOTIKINE, P. (1975). Memoirs of a Revolutionist. In: _____. *The Essential Kropotikin*. New York: MacMillan, p. 123-169 (abridge version).

- LA BLACHE, P. (1954). Significado e objeto da Geografia Humana. In: _____. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Cosmos, p. 27-45.
- LENCIONI, S. (2003). *Região e geografia*. São Paulo: Edusp.
- LIVINGSTONE, D. (1992). *The Geographical Tradition*. London: Blackwell.
- LIVINGSTONE, D. (2003). *Putting Science in Its Place*. Chicago: University of Chicago Press.
- LIVINGSTONE, D. & WHITERS, C. eds. (1999). *Geography and Enlightenment*. Chicago: University of Chicago Press.
- LIVINGSTONE, D. & WHITERS, C. eds (2005). *Geography and Revolution*. Chicago: University of Chicago Press.
- LUMBRERAS, L.G. (1985). El Perú prehispánico. In: ARANIBAR, C.; LUMBRERAS, L.G. et all. *Nueva história general del Perú*. Lima: Mosca Azul, pp. 11-40.
- MACKINDER, H. (1887). On the scope and methods of geography. *Proceedings of The Royal Geographical Society* 9, pp. 141-160, London.
- MALTHUS, T. (1798). *Primer Ensayo sobre la población*. Madrid: Alianza Editorial. (Impressão: 1970, com prólogo de J. M. Keynes: Robert Maltus (1766-1834): El primer economista de Cambridge).
- MARTIN, G. (1989). The Nature of Geography and the Schaefer-Hartshorne Debate. In: *Reflection on Richard Hartshorne's...* op.cit., Washington DC, pp. 69-90.
- McKEON, R. (2001). Aristóteles. In: *The Basic Works of Aristotle*, op.cit.
- MONTEIRO, C.A. (1980). *A Geografia no Brasil: 1934-1977: avaliação e tendências*. São Paulo: I. de Geografia da U. de S. Paulo, cit. por ZUSMAN & PEREIRA (2000). Entre a ciência e a política: um olhar sobre a Geografia de Delgado de Carvalho, *Terra Brasilis: Revista de História do Pensamento Geográfico* 1(1):52-82.
- MORAIS, J. (2010). Nota introdutória, in: *Epicuro: máximas principais*. São Paulo, Loyola (Trad., introdução e notas por J. Moraes).
- MORÁN, E. (1990). *Ecologia humana das populações da Amazônia*. Petrópolis: Vozes.
- MORRIL, R. (1984). Recollections of the Quantitative Revolution's Early Years: The University of Washington 1955-65. In: *Recollections of a revolution: Geography as Spatial Science*, ed. by M. BILLINGE, D. GREGORY and R. MARTIN. London: MacMillan Press, pp. 57-72.
- NICOLAS-OBADIA, G. (1974). Introdução. In: RITTER, C. (1974), op.cit., pp. 5-32.
- NYSTUEN, J. (1996). Identification of some fundamental spatial concepts. In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D. & ROGERS, A. ed. *Human Geography...* op.cit. pp.590-599. (publicado em *Papers of The Michigan Academy of Science, Arts and Letters* 48, pp. 373-384, 1963).

OUTRAM, D. (1999). On Being Perseus: New Knowledge, Dislocation, and Enlightenment Exploration. In: LIVINGSTONE, D. & WITHERS, C. *Geography and Enlightenment*, op.cit, pp. 281-294.

Os Filósofos Pré Socráticos: coletânea. São Paulo: Cultrix, 1967.

PALM, R. (1981). *The Geography of American Cities*. Oxford: Oxford University Press.

PATTISON, W. (1964). The four traditions of Geography. *Journal of Geography* 63(5): 211-216.

PEARCE, D. (2003). *Geografia do Turismo*. São Paulo: Aleph. (trad. por Saulo Krieger).

PTOLEMY, C. The Almagest: I-V. In: *Great Books of The Western World*(series vol. 16), ed. By R. Hutchins, 1952, Chicago, E. Britannica, pp. 1-480.

RALEIGH, W. (1595). The Discovery of Guyana. In: *The Principal Navigations Voyages Traffiques & Discoveries of the English Nation*, by Richard Hakluyt. Glasgow, James McLehose and Sons, MCMIV, vol.X: 338-441.

RATZEL: coletânea. (1990) . A.C.Moraes, org. São Paulo: Ática.

RATZEL, F. (1988). *Sketches of Urban and Cultural Life in North America*. New Brunswick: Rutgers University Press. (originalmente publicado em 1876)

RAVENSTEIN, E. (1980). As leis da migração. In: MOURA, H. org. *Migrações Internas: textos selecionados*. Fortaleza: BNB, volume 1, pp. 23-88. (originalmente publicado em 1885).

Reflection on Richard Hartshorne's: the Nature of Geography (1989). Association of American Geographers, Washington DC.

RINGER, F. (1990). *The decline of the German mandarins : the German Academic Community, 1890-1933*. U. Press of New England.

RITTER, C. (1974). Introducción à la Géographie Generale Comparée. *Cahiers de Géographie de Besançon* n. spéciale 22. (originalmente publicado em 1852)

RUPKE, N. (1999). A Geography of Enlightenment: the critical reception of Alexander von Humboldt's Mexico Work. In: LIVINGSTONE, D. & WITHERS, C. ed. *Geography and Enlightenment*, op.cit, pp. 319-344.

SANTOS, M. (1979). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: F. Alves.

SANTOS, M. (2002). *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Edusp.

SARMIENTO, F. (2002). Anthropogenic change in the landscapes of highland Ecuador. *Geographical Review* 92(2): 213-234.

SAUER, C. (1952). *Agricultural Origins and Dispersals*. Massachusetts: MIT.

- SAUER, C. (1965). The education of a geographer. In: _____. *Land and life: a selection from the writings of Carl Ortwin Sauer*. University of California Press, pp. 389-404.
- SAUER, C. (1971). The formative years of Ratzel in the United States. *Annals of The Association of American Geographers* v. 61, n.2, p. 245-254.
- SCHAEFER, F. (1977). Excepcionalismo na Geografia. *Boletim de Geografia Teorética* 7(13):5-37, Rio Claro, UNESP/AGETEO. (pub. original nos *Annals of The AAG*, 1953)
- SPETH, W. (1999). *How it came to be: Carl Sauer, Franz Boas and the Meanings of Anthropogeography*. Washington: Ephemera Press.
- STODDART, D. (1966). Darwin´s impact on Geography. *Annals of The Association of American Geographers* v. 56, p. 683-689.
- STODDART, D. (1982). Geography – an European science. *Geography* vol. 67:289-296.
- STRABO (1949). *The Geography of Strabo*. London: Heinemann, cit. por UNWIN (1992), op. cit.
- SULLOWAY, F. (1979). Geographic isolation in Darwin's thinking. *Studies in The History of Biology* 3, p. 23-65.
- TAFFEE, E.; MORRIL, R. & GOULD, P. (1963). Transport expansion in under developed countries. *The Geographical Review* 53:503-529.
- TAGLIAFERRO, R. (1952a). Introduction and Notes. In: PTOLEMY, C. op. cit, p.x e 1-3.
- TAGLIAFERRO, R. (1952b). Biograph. Note. In: COPERNICO, op.cit, pp. 499-500.
- TATHAM, G. (1967). Geography in the Nineteenth Century. In: TAYLOR, G. ed. *Geography in the Twentieth Century...*, p. 28-69, chapter II, op. cit.
- TAYLOR, G. ed. (1967). *Geography in the Twentieth Century: a study of growth, fields, techniques, aims and trends*. London: Methuen.
- The Basic Works of Aristotle*, ed. by R. Mckeon. New York: The Modern Library.
- TROLL, C. ed. (1968). *Symposium on the Geo-Ecology of the Mountainous Regions of the Tropical Americas*. Bonn: Dümmler in Kommission, cit. por SARMIENTO (2002), op. cit.
- UNWIN, T. (1992). *The place of Geography*. New York: Longman.
- VAILLANT, G. (1995). *La Civilizacion Azteca*. México: Fundo de Cultura Econômica.
- VARENIUS, B. (1664). *Geographia generalis*. Amstelodami: Officina Elzeviriana.
- VIDAL, J. P. (1987). *Geografia del Perú: las ocho regiones naturales*. Lima: Peisa.
- WAIBEL, L. (1979). *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. R.de Janeiro: IBGE.

WEBER, M. (1983). *A Ética protestante e o espírito do capitalismo*. S. Paulo: Pioneira.

WHITLESEY, D. (1929). Sequent occupance. *Annals of The Association of American Geographers* 19:162-5.

Título Geografia: história, conceitos e métodos
Autoria Nilson Cortez Crocia de Barros

Revisão de Texto O autor
Capa e Projeto Gráfico Ildembergue Leite

Formato e-book
Tipografia Georgia (*texto*), Exo Soft (*títulos*)
Desenvolvimento Editora UFPE

